

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE ECONOMIA
MONOGRAFIA DE BACHARELADO

**MARINI ONTEM E HOJE: PONTUAÇÕES SOBRE A
TEORIA MARXISTA DA DEPENDÊNCIA E NOVAS
PERSPECTIVAS**

HELENA MARROIG BARRETO
Matrícula nº: 109023030

Orientador: Prof. Alexis Saludjian

NOVEMBRO 2013

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE ECONOMIA
MONOGRAFIA DE BACHARELADO

**MARINI ONTEM E HOJE: PONTUAÇÕES SOBRE A
TEORIA MARXISTA DA DEPENDÊNCIA E NOVAS
PERSPECTIVAS**

HELENA MARROIG BARRETO
Matrícula nº: 109023030

Orientador: Prof. Alexis Saludjian

NOVEMBRO 2013

As opiniões expressas neste trabalho são da exclusiva responsabilidade do autor

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar, gostaria de agradecer aos meus pais, Abelardo e Carla, por todo o amor, dedicação e apoio incondicional. Também, agradeço ao meu irmão Pedro, meu maior amigo. E ao Bóris, que completa nossa família. Devo tudo o que sou e o que faço a vocês

Agradeço ao meu professor e orientador, Alexis Saludjian, que além da incrível paciência, sempre me deu apoio e incentivo para aprofundar meus estudos, buscando me instigar e guiar nos tortuosos caminhos dos trabalhos acadêmicos. Sem seu apoio, esse trabalho não teria sido possível.

Em especial, agradeço àqueles professores que, na faculdade ou antes disso, foram verdadeiros mestres, e me mostraram, com toda a atenção e respeito que dedicam aos alunos, o verdadeiro significado de educação.

Aos funcionários da UFRJ, deixo minha eterna gratidão, por todas as vezes que me ajudaram com problemas que pareciam insolúveis, sempre com uma simpatia espetacular.

Aos meus amigos, por tornarem os momentos difíceis mais fáceis, por estarem sempre ao meu lado, compartilhando inúmeras lembranças maravilhosas. Obrigada por todas as discussões estimulantes e os momentos de desconcentração que me ajudaram a crescer nesses anos tão ricos.

RESUMO

O objetivo do presente trabalho é introduzir as bases do pensamento de Ruy Mauro Marini, através de categorias centrais como dependência, inserção subordinada e superexploração da força de trabalho. Pretende-se também apresentar alguns conceitos introduzidos pela retomada crítica da teoria marxista da dependência, em especial o de padrão de reprodução do capital. Espera-se assim poder fornecer ferramentas para realizar uma análise da atual condição da América Latina, desmistificando os diagnósticos convencionais sobre o tema, e revelando que o subdesenvolvimento ainda se reproduz e se amplia na região.

ABSTRACT

The aim of this work is to introduce the basis of Ruy Mauro Marini's thought, through central categories such as dependency, subordinated insertion, and superexploitation of the work force. Also, the study intends to show some concepts presented by the critically renewed marxist theory of dependency, especially regarding the pattern of capital accumulation. By that, this work hopes to be able to provide tools to operate an analysis of the current situation in Latin America, demystifying the conventional diagnosis on the matter, and revealing that the underdevelopment is still reproduced, and amplified, in the continent.

SÍMBOLOS, ABREVIATURAS, SIGLAS E CONVENÇÕES

CEPAL – Comissão Econômica para a América Latina

IED – Investimento Externo Direto

ONU – Organização das Nações Unidas

PCB – Partido Comunista Brasileiro

PIB – Produto Interno Bruto

POLOP - Organização Revolucionária Marxista Política Operária

PT – Partido dos Trabalhadores

TICs - Tecnologias da Informação e Comunicação

ÍNDICE

INTRODUÇÃO.....	8
CAPÍTULO I : As Categorias Centrais na obra de Ruy Mauro Marini.....	10
I. 1. Bases do Pensamento de Ruy Mauro Marini.....	10
I. 2. O Sentido da Inserção da América Latina no Capitalismo Mundial e a Dependência.....	13
I. 3. Desenvolvimento Histórico e a Cisão do Ciclo do Capital.....	16
I. 3.1. Economia Exportadora.....	16
I. 3.2. Economia Industrial.....	18
I. 3. Análise do Ciclo do Capital.....	22
I. 4.1. Primeira fase.....	22
I. 4. 2. Segunda Fase.....	24
I. 4. 3. Terceira Fase.....	26
I. 5. Intercâmbio Desigual e Superexploração.....	28
Capítulo II: A Retomada Original da Teoria da Dependência e/pelo Padrão de Reprodução do Capital.....	31
II. 1. Análise de Marini.....	33
II. 2. Padrão de Reprodução de Capital: Motivação Teórica.....	36
II. 3. As pegadas do capital.....	38
II. 3.1. Primeira Fase.....	38
II. 3.2. Segunda Fase.....	40
II. 3.3. Terceira Fase.....	42
II. 4. O Novo Padrão de Reprodução da América Latina.....	43
CONCLUSÃO.....	48
BIBLIOGRAFIA.....	51

INTRODUÇÃO

O pensamento ortodoxo tem dificuldades em incorporar em sua análise a questão de que o desenvolvimento econômico e social toma diferentes formas em diferentes realidades concretas. Assim, não foi capaz de explicar a especificidade da economia latino americana, bem como seu marcante atraso frente às economias centrais. A heterodoxia, ligada ao pensamento estruturalista de grande influência keynesiana, operou um contraponto a tal normativa, mas não foi capaz de oferecer uma resposta efetiva para os problemas do continente. Ao longo da história da região, problemas estruturais que resultam em pobreza massiva e desigualdade não foram solucionados por nenhuma dessas correntes teóricas.

A análise da teoria marxista da dependência foi central nessa problemática do desenvolvimento, sendo Ruy Mauro Marini um dos seus principais pensadores¹. Através da retomada da teoria do valor trabalho e do pensamento marxista, conectou-se a análise da América Latina ao capitalismo mundial, pela ótica de um sistema integrado que responde a leis gerais da acumulação. A inserção tardia no sistema capitalista tem profundas consequências para o continente, contribuindo para que a produção interna se organize de forma específica, *suis generis*, o que estimula o autor a criar categorias específicas para tal realidade.

Assim, o capitalismo é encarado como um sistema que desenvolve uma organização específica que tende a excluir e explorar a massa do operariado, sobretudo nas economias dependentes. A América Latina é uma realidade polarizada, contrastando uma elite muito rica com a exclusão e miséria de grande parte da população do continente. É essa a problemática que se coloca como pano de fundo nas exposições de Marini. Através dessa ótica, o pensamento latino americano pôde superar as análises anteriores e alcançar sua crítica mais radical ao sistema capitalista mundial e à sua variante dependente.

A obra de Marini foi amplamente divulgada na Europa e na América Latina, entretanto, no Brasil, permanece ainda hoje desconhecida pela intelectualidade local. Dentre alguns dos fatores que causaram essa marginalização, destaca-se a grave conjuntura política que atravessava o país a

¹ Outros autores destacados na formulação original da teoria marxista da dependência são Theotônio dos Santos, Vânia Bambirra e André Gunder Frank.

partir de 1964, contribuindo para o exílio e para a censura de Marini. Assim, torna-se importante divulgar hoje sua obra, um marco no pensamento latino americano, ainda pouco estudado no Brasil.

As transformações que atingiram a América Latina a partir da mudança no padrão de acumulação mundial e na divisão internacional do trabalho tornam ainda mais premente a retomada da teoria marxista da dependência e a sua revitalização. Hoje a dependência encontra novas formas de se perpetuar no continente (crescem os trabalhadores em condições precárias de trabalho e os acidentes laborais, inclusive psíquicos; aumenta o gap tecnológico com o centro, etc.), e o pensamento crítico perde seu ímpeto com o avanço político e ideológico do neoliberalismo. Até os discursos ligados a posturas progressistas por vezes ignoram a questão da dependência, como se o subdesenvolvimento estivesse superado, enquanto diversos indicadores sociais seguem preocupantes. É, portanto, crucial retomar o pensamento crítico radical da teoria marxista da dependência e repensá-lo frente aos desafios do novo panorama mundial.

Para analisar algumas das dimensões da problemática que a teoria da marxista da dependência estuda, o presente trabalho se divide em dois capítulos. No primeiro serão apresentadas algumas das principais categorias do pensamento de Marini. Explicita-se em linhas gerais o contexto analítico e histórico do surgimento da teoria da dependência para então se expor algumas das análises do autor, centrando-se na questão da dependência e de sua reprodução interna nas economias subdesenvolvidas.

No segundo capítulo, serão analisadas algumas mudanças no capitalismo mundial e seus impactos para a periferia. É apresentada a categoria padrão de reprodução do capital, desenvolvida primitivamente por Marini e formalizada por Jaime Osório, teórico da retomada da teoria marxista da dependência. Assim, será possível estabelecer uma visão crítica da atual inserção da América Latina e dos novos determinantes da dependência.

Desse modo, pretende-se mostrar a importância da análise de Marini para a compreensão da realidade atual do continente latino americano, bem como para a construção da crítica aos processos impostos pelo capitalismo. Assim, se pode começar a pensar na superação dos problemas históricos da região.

CAPÍTULO I - AS CATEGORIAS CENTRAIS NA OBRA DE RUY MAURO MARINI

Este capítulo pretende apresentar algumas das principais categorias da obra de Ruy Mauro Marini. Assim, se espera construir um panorama de suas considerações sobre o tema dependência.

O capítulo está dividido em cinco subseções. Uma primeira parte explicará, em linhas gerais, os marcos históricos e intelectuais em que sua obra se insere. Depois se pretende apresentar a motivação de sua obra, a inserção subordinada da América Latina, para em seguida analisar a forma histórica que ela assume, nas subseções 2 e 3, respectivamente. Será apresentada também sua análise mais ampla da dependência, pela ótica do ciclo do capital nas economias periféricas. Por fim, na última subseção, pretende-se dar uma explicação um pouco mais detalhada de dois temas centrais, a troca desigual e a superexploração do trabalho.

I. 1 - Bases do Pensamento de Ruy Mauro Marini

Marini nasceu em 1932, quando o pensamento latino americano entrava em sua época áurea. Contrapondo-se ao pensamento ortodoxo, teóricos do continente começaram já na década de 30, sob a égide de Raul Prebisch, entre outros, a reapropriar o conceito de subdesenvolvimento numa formulação original. Suscitando a interdisciplinaridade e a análise histórica, tais pensadores puderam estabelecer novos parâmetros para o debate desenvolvimentista. O subdesenvolvimento deixa de ser pensado simplesmente como uma etapa anterior ao desenvolvimento, mas passa a ser concebido numa relação integrada de centro-periferia, com dinâmica própria e diferenças qualitativas.

Essa nova corrente da região teve como centro difusor a CEPAL (Comissão Econômica Para a América Latina). Criada em 1948 como braço da ONU na região, o órgão reuniu diversos intelectuais e pioneiros nesse caminho, dentre os quais se destacam obras de Raul Prebisch,

Celso Furtado, Aníbal Pinto, Medina Echevarría, Noyola Vazquez, Ahymada, Sunkel, etc., agrupados sob a ampla categoria de pensamento histórico-estruturalista².

A ideologia síntese desses pensadores foi o desenvolvimentismo, que pregava a industrialização via substituição de importações como forma de superar o atraso, apoiada por forte planejamento estatal³. Assim, no Brasil, foi possível para as diversas classes políticas do país entrar em acordo acerca de um projeto de desenvolvimento, implementado entre os anos 30 e 60. A ideia de pacto social foi base para se industrializar e tentar resolver os problemas estruturais do país (deterioração dos termos de troca, heterogeneidade estrutural, dualidade, entre muitos outros), num projeto reformista abraçada por diversos setores, inclusive pelo Partido Comunista Brasileiro (PCB)⁴.

Entretanto, em 1964, as ciências sociais no Brasil sofreram forte impacto, devido ao golpe militar. O vigoroso desenvolvimento industrial que se observou nas décadas anteriores não foi suficiente para eliminar o atraso, a desigualdade e a dependência. Pior, a radicalização política resultara num retrocesso conservador com o golpe militar, que impunha severas restrições às massas populares. Isso levou muitos teóricos ligados à proposta do pacto social a condenar o regime ao fracasso, à estagnação. Entretanto, tais previsões não se confirmariam e o governo militar alcançaria também sucesso econômico, sem ater-se às questões de igualdade. É nesse cenário que a crítica ao desenvolvimentismo floresceria.

Marini, assim como outros intelectuais ligados a teoria da dependência já haviam se afastado do desenvolvimentismo, pela crítica marxista, numa mesma onda de radicalização do pensamento de esquerda que levaria a Revolução Cubana, em 59, operada sob um país ainda com relevante base agrária. A experiência foi importante no sentido de oferecer uma alternativa ao projeto reformista que o desenvolvimentismo impunha.

Em 1964, com o golpe militar, houve grave perseguição aos pensadores de esquerda e eventual exílio. Muitos intelectuais, dentre os quais, Marini, mas também Theotonio dos Santos, Vânia Bambirra, Virginia Fontes, etc., migraram para o Chile. Tal reunião permitiu a elaboração de importantes reflexões e trabalhos que deram origem formal à teoria marxista da dependência, e que levou Marini a escrever sua principal obra, *Dialética da Dependência*.

² BIELSCHOWSKY, 2009, p. 176.

³ BIELSCHOWSKY, 2009; MARTINS, 2011.

⁴ MARTINS, 2011, p. 30.

A teoria da dependência procurou estudar as relações entre centro e periferia através de um arcabouço teórico ligado a teoria marxista do valor. Assim, explicita como a dependência não surge de uma opressão externa (imperialismo) e, menos ainda, é uma fase de um etapismo rumo a um capitalismo estável. É parte integrada do desenvolvimento histórico das economias dependentes, o que se manifesta em todas as fases do seu próprio ciclo do capital, garantindo transferência constante e inevitável do mais valor gerado num sentido periferia-centro.

Os marxistas clássicos foram influência central na obra de Marini⁵. O conceito de Trotsky de desenvolvimento desigual e combinado contribuiu para a elaboração de uma teoria que integrasse dependência e desenvolvimento⁶. As teorias de imperialismo de Lênin e Rosa Luxemburgo foram também base importante. E o pensamento de Marx constitui o fio condutor dos trabalhos de Marini, com todo o aporte de método, ciclo de capital, a lei da tendência à baixa da taxa de lucros, as formas de extração de mais-valia, dentre outros.

Através da leitura dos autores clássicos, Marini foi capaz de criar um contraponto a ideologia desenvolvimentista dominante, apontando questões centrais da dependência e apontando a via revolucionária como superação.

Antes de adentrar no pensamento de Marini, é relevante colocar a questão do método em sua obra. Como um intelectual que se insere no referencial marxista, Marini acredita ser o método marxista – dialético, totalizante e histórico materialista - parte fundamental de sua teoria, que lhe dá sentido e razão de ser. É por isso que sua obra lida com diversos níveis de abstração, cada qual requerendo um diferente enfoque sobre a realidade, em uma complementariedade dialética. O caminho analítico a ser seguido também não é casual. Conforme a tradição marxista clássica, a teoria deve seguir o mesmo caminho do desenvolvimento histórico. Assim, como afirma o autor:

[...] a pauta em que há de ser conduzido este estudo [...]: da circulação à produção, da vinculação ao mercado mundial ao impacto que isso acarreta sobre a organização interna do trabalho, para voltar então a recolocar o problema da circulação.⁷

Marini considera o capitalismo dependente como uma versão distorcida do capitalismo dos países avançados⁸, que se desenvolve a sua maneira (*suis generis*). Por conta disso, as categorias marxistas clássicas oriundas de análises do capitalismo central por vezes se mostram

⁵ VALENCIA, 1996, p.15

⁶ Para um aprofundamento na questão, ver LOPES; JUNIOR, 2013.

⁷ MARINI, [1973] 2000, p.131

⁸ “Frente ao parâmetro do modo de produção capitalista puro, a economia latino-americana apresenta peculiaridades, que às vezes se apresentam como insuficiências e outras — nem sempre distinguíveis facilmente das primeiras — como deformações”. MARINI, [1973] 2000, p. 106.

inadequadas para revelar o movimento das economias dependentes. O marxismo latino americano foi incapaz de superar tais dificuldades, apelando ora a um ecletismo teórico que aporta elementos de outras teorias e acaba por negar os esquemas marxistas; ora para a aplicação cega das análises clássicas, gerando teorias formalistas que não dialogam organicamente com a realidade.

A teoria da dependência se propôs suplantar esse desafio, criando então novas categorias que permitissem entender a realidade periférica em seu desenvolvimento, categorias adequadas ao momento histórico em questão. Nas palavras de Marini: “É precisamente porque, em cada época da humanidade, a luta de classes se rege por leis específicas que se torna necessário construir o instrumental teórico que nos permita explicar seu desenvolvimento”⁹. Conforme a dialética materialista, é da realidade concreta que devemos extrair as categorias que orientarão os estudos. É nesse sentido que Marini vai desenvolver um aparato conceitual próprio às economias periféricas, falando de superexploração do trabalho e subimperialismo, e que permite intermediar diferentes níveis de análise, numa ótica totalizante.¹⁰

I. 2 - O Sentido da Inserção da América Latina no Capitalismo Mundial e a Dependência

Conforme indicado, o pensamento de Marini insere-se num referencial marxista, que molda toda sua obra. Assim, ao analisar a inserção da América Latina no cenário internacional, o faz pela ótica da totalidade. Não cabe analisar isoladamente os processos pelos quais o continente passa, mas sim entender sua relação com o sistema capitalista em escala mundial, respondendo às leis gerais da acumulação¹¹. Mais ainda, devemos nos atentar para o fato de que os países inserem-se de maneira diferenciada na economia mundial, o que implica diferentes papéis e relações de hierarquia, como será visto adiante.

⁹ MARINI, [1978] 2000, p. 185.

¹⁰ “A tarefa fundamental da teoria marxista da dependência consiste em determinar a legalidade específica pela qual se rege a economia dependente. Isso supõe, desde logo, situar seu estudo no contexto mais amplo das leis de desenvolvimento do sistema em seu conjunto e definir os graus intermediários pelos quais essas leis se vão especificando. E assim que a simultaneidade da dependência e do desenvolvimento poderá ser entendida” (MARINI, [1973] 2000, p. 164).

¹¹ “Em meu ensaio tratei de demonstrar que é em função da acumulação de capital em escala mundial, e em particular em função de seu instrumento vital, a taxa geral de lucro, que podemos entender a formação da economia dependente” (MARINI, [1973] 2000, p.155).

Marini afirma que a América Latina foi essencial para a consolidação e expansão do capitalismo europeu, e responde a isso. Desde o início de sua colonização, o continente desenvolveu atividades que favoreceram o centro capitalista. O fluxo de bens primários e meios de pagamento (ouro e prata) permitiu o desenvolvimento da grande indústria e, com sua consolidação, foi possível realizar uma especialização do trabalho a nível internacional. Para que o centro capitalista se dedicasse somente à produção de bens industriais, foi vital que o continente latino americano abastecesse o mundo com ampla oferta de matérias primas. Dá-se assim uma divisão internacional do trabalho, sob a qual se fundará a dependência.

Definida nas palavras do autor, “dependência, entendida como uma relação de subordinação [...], em cujo marco as relações de produção das nações subordinadas são modificadas ou recriadas para assegurar a reprodução ampliada da dependência.”¹². A categoria supera as análises anteriores de periferia, atraso, subdesenvolvimento, etc., na medida em que importa uma visão dialética que coloca a reprodução interna da dependência nas economias atrasadas. A condição imposta pelo capitalismo mundial reorganiza a configuração interna dos países latino americanos e sela seu destino. A partir de então, conforme expôs Theotônio dos Santos, em seu livro *O Desenvolvimento do Subdesenvolvimento*¹³, qualquer passo que não passe pela supressão do modo de produção vigente (revolução) resulta em novas formas de dependência, ainda que com suas especificidades históricas¹⁴.

Além da oferta de bens agrícolas, Marini aponta que a América Latina foi essencial como mercado para as manufaturas europeias, produção que se ampliava com a revolução industrial e poderia ter encontrado problemas de realização não fosse a expansão do comércio mundial.

Mais ainda, o continente latino americano teve papel central em permitir a mudança do padrão de acumulação no centro capitalista, que caminhou de um modo de exploração fundado na mais-valia absoluta para a relativa. É uma passagem de uma exploração fundada em maior desgaste físico do trabalhador (aumento da jornada e da intensidade do trabalho) para outra fundada no aumento da produtividade. O barateamento de bens agrícolas, importantes bens salários, foi vital para permitir que a mais-valia relativa ganhasse preponderância no capitalismo central, o que, como será visto adiante, tem efeitos opostos na periferia.

¹² MARINI, [1973] 2000, p.109.

¹³ Lançado em 1966, no arcabouço da teoria marxista da dependência, sendo André Gunder Frank um de seus expoentes.

¹⁴ “A consequência da dependência não pode ser, portanto, nada mais do que maior dependência, e sua superação supõe necessariamente a supressão das relações de produção nela envolvida” (MARINI, [1973] 2000, p.109).

Para entender melhor esse ponto, devemos relembrar aqui importantes leis de movimento do capitalismo, já levantadas por Marx¹⁵ em *O Capital*. Tal modo de produção responde à lógica da acumulação de capital e da valorização. O capitalista individual, buscando superar a concorrência, pode investir no aumento da produtividade de seus trabalhadores, e o faz alterando a composição orgânica do capital. Através de maior uso de capital constante, os trabalhadores podem criar mais mercadorias num mesmo período de tempo. O valor individual dessas mercadorias cai com o incremento técnico da produção (já que se expande a quantidade de bens produzidos, mas não seu valor total, dado pelo trabalho empregado). Como o capitalista vende seus bens a uma taxa de lucro média, dada pela produtividade da indústria em geral, ele obtém ganhos individuais nesse processo, auferindo uma mais valia extraordinária.

Entretanto, outros capitalistas, também em busca desses lucros extraordinários, tendem a reproduzir as inovações que levaram a tais ganhos. Quando as novas técnicas e a nova produtividade do trabalho atingem as indústrias de bens saláris, o valor da força de trabalho na economia cai (já que é dado pelo valor desses bens saláris). Assim, reduz-se proporcionalmente a parcela de capital variável na produção, elevando-se a composição orgânica de capital em toda a indústria. Com uma composição orgânica de capital crescente, estando constante a taxa de exploração, ocorre uma queda na taxa de lucro. Assim, a acumulação de capital, levada a cabo pela busca de ganhos individuais, põe em marcha um processo perverso, resultando numa baixa tendencial da taxa de lucro. Os capitalistas devem então buscar meios de mitigar essa tendência do progresso capitalista.

De fato, essa é a situação pela qual passava a Europa em face de sua primeira revolução industrial. É precisamente nesse marco que se dá a inserção da América Latina: responde a necessidades do capitalismo central na passagem à mais-valia relativa na medida em que permite a especialização na produção industrial e barateia bens saláris agrícolas (redução do valor da força de trabalho). Para que a tendência à queda da taxa de lucro seja mitigada, será estabelecido no plano da circulação um intercâmbio desigual. A América Latina estabelecerá relações de trocas com o centro que, sob diversos mecanismos, permitirá que parte da massa de valor produzida na periferia lhe seja expropriada na circulação internacional. Assim, os países avançados prosseguirão sua acumulação, compensando a baixa da taxa de lucros que o progresso gera com a transferência de valor dos países atrasados. Isso trará consequências

¹⁵ MARX, [1894] 1980.

profundas sobre a organização interna do continente latino americano, que fará reproduzir sua posição submissa¹⁶.

É esse, portanto, o sentido que Marini atribui à inserção da América Latina. Subordinado, puxado por uma dinâmica do capital internacional cujo eixo está nas economias centrais industriais, o que resulta no enraizamento da dependência e sua posterior reprodução.

I. 3 - Desenvolvimento Histórico e a Cisão do Ciclo do Capital

Embora a dependência marque a história da América latina, ela não se dá sempre da mesma maneira. Em *Dialética da Dependência*, Marini procura analisar as formas que a subordinação assume em seus diferentes momentos históricos, em especial, economia exportadora e economia industrial. Essa análise é pautada pela ótica do ciclo de capital, com suas três fases, circulação, produção, e, novamente, circulação.

I. 3.1 - Economia Exportadora

Após a inserir-se num regime de acumulação em escala mundial, a América Latina cria mecanismos internos específicos, que geram uma organização econômico-social e um modo de circulação distintos do capitalismo clássico. Destacam-se duas cisões no ciclo do capital da economia dependente, que acentuam as contradições inerentes do capitalismo.

Relembremos primeiro o papel do trabalhador. Nas economias centrais, o trabalhador tem dupla função para o capital. Durante a fase de produção, enquanto operário, realiza um consumo produtivo, transformando os meios de produção (capital constante) em mercadorias. Sob esse papel, interessa ao capital explorá-lo ao limite, para que aumentem as taxas de mais-valia e lucro. Por outro lado, na fase de circulação, o trabalhador também compra essas mercadorias, é consumidor, sendo por isso figura central para a realização da produção. Sem isso, o capitalista

¹⁶ MARINI, [1973] 2000, p.109.

não pode retornar seu mais valor à forma dinheiro, para então recomeçar o ciclo, conforme a forma de Marx, D-M-D'.¹⁷

Esses dois papéis se fundem pela continuidade das esferas de produção e circulação. O consumo individual permite a realização e, portanto, o prosseguimento da produção. Por sua vez, o consumo produtivo é pago por salários que contribuem para essa realização. As duas esferas se complementam, e pela luta de classes e negociações específicas, o salário responde a essa dupla determinação.¹⁸

Com o avanço do progresso técnico e o crescimento da mais-valia, aumenta o consumo baseado no mais valor não acumulado, pelos grupos sociais compostos da classe não trabalhadora (classe média, por exemplo). Assim, o setor que lhe atende, de produção suntuária e bens de capital, prolifera, o que faz nascer uma segunda esfera de circulação, superior. Mas esta sempre mantém uma integração com a esfera baixa, já que surge a partir desta, diante de mudanças técnicas que aumentam a produtividade. Também, sua expansão é limitada, pois nações desenvolvidas competem entre si, dificultando o crescimento dessa indústria via comércio exterior, e países dependentes demandam limitadamente esses bens, apenas para suprir a pequena elite não trabalhadora. Assim, a produção de um bem numa economia desenvolvida só se expande quando se torna de consumo comum, popular, reconectando as duas esferas¹⁹.

No surgimento da economia dependente, o desenvolvimento segue caminho distinto. A produção para exportação é o eixo da acumulação na periferia, na medida em que essa se insere no comércio mundial para atender às necessidades da mudança do padrão de acumulação das economias centrais. Assim, a América Latina especializa-se nos bens primários requeridos pela Europa para consolidar a mais-valia relativa. A realização interna não é então um problema posto à economia dependente; faz-se pelo comércio com o exterior. O continente surge assim como uma economia exportadora, com um inócuo mercado interno, que é praticamente insignificante para o capitalista.²⁰

Já que é no mercado externo que se funda a dinâmica da produção das economias exportadoras, ocorre uma primeira cisão entre as esferas de produção e circulação, que perdem sua articulação orgânica. O trabalhador não contribui (ou apenas marginalmente) para a

¹⁷ MARX, [1885] 1982.

¹⁸ MARINI, [1973] 2000, p. 133.

¹⁹ Ibidem, p. 137-139.

²⁰ “Nascida para atender as exigências da circulação capitalista, cujo eixo de articulação está constituído pelos países industriais, e centrada portanto sobre o mercado mundial, a produção latino-americana não depende da capacidade interna de consumo para sua realização” (Ibidem, p. 135).

realização, mas sim para a taxa de mais-valia. A partir disso, abre-se caminho para extenuante exploração, inclusive não garantindo um valor que permita a reposição do desgaste físico, que se expressará na superexploração, como será analisado posteriormente. A restituição da força de trabalho deixa de ser um problema, desde que se possa repô-la através do numeroso exército industrial de reserva, que o tráfico de escravos e migrações europeias sempre alimentou.

A segunda cisão ocorre justamente na separação do consumo. Enquanto a esfera baixa de circulação deveria conduzir à esfera alta, na economia dependente o elo se quebra. As classes não produtoras não buscam no mercado interno os bens suntuários e de capital que consumirão, mas os obtêm por importação. A mais-valia não acumulada que utilizam para consumo não vem do aumento da produtividade, mas de uma feroz repressão do trabalho que aumenta a mais-valia. Assim, essas duas esferas que deveriam se entrelaçar, para com o tempo transformar os bens suntuários em bens de consumo popular, se rompem, e se observa verdadeira estratificação nas economias exportadoras.²¹

Na passagem para a economia industrial, essas contradições da economia dependente não podem ser superadas, mas prosseguem e se ampliam. Conforme aponta Marini, ao entrar numa divisão internacional de trabalho de maneira subordinada, e reorganizar seu modo de produção segundo tal, a economia dependente “configura de maneira específica as relações de exploração em que se baseia e cria um ciclo de capital que tende a reproduzir em escala ampliada a dependência em que se encontra frente à economia internacional”²². Cria-se um ciclo de difícil escape: reprimindo o consumo individual em prol das exportações, a economia dependente inibe o desenvolvimento do mercado interno e se torna ainda mais dependente do mercado mundial. Assim, na passagem pela industrialização, as marcas da dependência, longe de superadas, prosseguirão.

I. 3.2 - Economia Industrial

²¹ “A separação entre o consumo individual fundado no salário e o consumo individual engendrado pela mais-valia não acumulada dá origem, portanto, a uma estratificação do mercado interno, que também é uma diferenciação de esferas de circulação: enquanto a esfera “baixa”, onde se encontram os trabalhadores — que o sistema se esforça por restringir —, se baseia na produção interna, a esfera “alta” de circulação, própria dos não-trabalhadores — que é aquela que o sistema tende a ampliar —, se relaciona com a produção externa, por meio do comércio de importação” (Ibidem, p.135).

²² Ibidem, p.134.

A industrialização da periferia começou já no seio da economia exportadora, mas sem jamais constituir verdadeiro motor de desenvolvimento, sem gerar as mudanças qualitativas associadas às economias industriais. É a partir de crises na demanda externa que o setor industrial será verdadeiramente estimulado para ganhar centralidade nas economias dependentes, já que virtualmente cessa a demanda e a oferta externa.

Entre as duas grandes guerras, o comércio internacional sofreu forte retração e permaneceu desorganizado por um longo período. Assim, o modelo exportador entra em crise, e a acumulação tem que se voltar para o mercado interno. Mas para o mercado interno específico das economias dependentes, marcado por forte estratificação e superexploração do trabalho. Ao contrário do capitalismo clássico, o mercado interno não se desenvolveu em concomitância ao crescimento da produção; já se encontrava plenamente estruturado, em sintonia com o mercado externo. As classes trabalhadoras veem seu consumo esmagado pelas formas de exploração do sistema, e as classes não produtivas já possuem uma demanda estabelecida e orientada para fora, enquanto a indústria é ainda incipiente nos países atrasados. Assim, dá-se início a industrialização na periferia, mas com um caráter muito distinto do desenvolvimento orgânico das economias centrais.²³

A indústria cresce para atender essa demanda já estabelecida, sem ter que se preocupar inicialmente com problemas de realização. Mas, em dado momento, a produção se aproxima do ponto de superar essa demanda, o que põe em pauta o problema de mercado consumidor. Inicialmente, pode-se tentar garantir a massa de lucros ampliando a diferença entre os preços de mercado e os de produção, devido a poder de monopólio causado pelo protecionismo²⁴. Também, uma vez que o atraso tecnológico aproxima os preços de produção do salário (pouco capital constante envolvido na produção) e que a crise no setor exportador libera mão-de-obra (o que atua favoravelmente para o capital, ampliando o exército industrial de reserva²⁵), o capitalista realiza renovada compressão salarial.

É assim que a economia industrial reproduz a forma de exploração de sua etapa anterior, a economia exportadora. Com a acumulação novamente fundada na brutal exploração, a circulação não poderá ser muito diferente. Ainda que não haja mais o claro divórcio entre produção e circulação, segue a estratificação do mercado consumidor em esfera “baixa” (própria

²³ Ibidem, p.136.

²⁴ Intencional, da ação do governo, ou não, devido à interrupção do comércio mundial.

²⁵ Conforme refere Marx, o exército industrial de reserva, ou seja, a massa de trabalhadores desempregados, é essencial para a compreensão da determinação do valor da força de trabalho e do salário. É sua expansão ou retração que garante maior poder de barganha aos trabalhadores nas negociações trabalhistas. Para aprofundamento, ver MARX, [1867] 1982.

dos trabalhadores, restringida pelo sistema) e esfera “alta” (das classes não trabalhadoras, ampliada pelo sistema).²⁶ Mas agora ambas as esferas são atendidas pela produção interna, que também se cinde, dividindo-se, respectivamente, em um setor atrasado de bens salário, e um setor industrial, eixo da acumulação, que produz bens suntuários e de capital; ambos desarticulados.

Quando a produção supera a demanda na esfera alta, a esfera inferior deveria aparecer como alternativa de mercado, a exemplo da dinâmica das economias centrais. De fato, alguns produtos de luxo passam a ser incorporados no consumo dos trabalhadores. Mas paralelamente, ocorre o aumento do consumo por mais-valia não acumulada, com crescimento da classe média, sendo para isso necessária a reforçada compressão dos salários abaixo do valor da força de trabalho (superexploração). Assim, a forma principal de extração de mais-valia não passa a ser a mais-valia relativa, como no capitalismo clássico, pois os manufaturados seguem essencialmente fora do consumo popular²⁷ e as crises de realização ainda podem ser resolvidas pela esfera alta.

A organização da economia dependente passará por nova transformação com o avanço da industrialização. A pauta de importações se volta cada vez mais para bens manufaturados, o que gera desequilíbrios na balança externa. Para resolver essas oscilações que poderiam obstruir a acumulação periférica industrial, faz-se recurso a importação de capital externo (sob diversas formas, como empréstimos, investimentos externos diretos, etc.).

A América Latina encontrou grande facilidade, por volta dos anos 1950 e 1960, para atrair esse fluxo de capital, o que não é casual. A mudança do padrão monetário internacional estabilizara o comércio mundial sob uma nova divisão internacional do trabalho, liderada pelos EUA. Como característica, grande concentração e centralização de capital fazia com que instituições buscassem mais oportunidades de investimento, orientando-se ao exterior, sobretudo para o setor industrial da periferia²⁸. Por outro lado, as inovações técnicas faziam com que o maquinário dos países centrais rapidamente se tornasse obsoleto, antes de amortizado. Sua importação para as economias atrasadas atendia interesses dos investidores para evitar perdas. O

²⁶ Cabe refletir aqui sobre a tese da nova classe média, em que o Brasil estaria hoje convertido num país cuja maior parte da população pertenceria à classe média. É uma teoria defendida pelo atual governo e por intelectuais a ele alinhados, como Marcelo Neri. A proposição esconde o fato de que a ampliação de consumo das camadas mais baixas da população deu-se com endividamento e aumento de superexploração, permanecendo os salários da “classe C” muito aquém do necessário. A teoria de Marini é corroborada aqui pelo fato de que a exclusão dessa esfera baixa de consumo e a conseqüente concentração de renda continuam, sendo aparentemente atenuadas pela incorporação de alguns bens de luxo como bens necessários, mas somente através da violação do valor da força de trabalho, a superexploração. Para um aprofundamento, ver LUCE, 2013b.

²⁷ E a superexploração, com constante compressão dos salários, impede que seja diferente.

²⁸ Setor de grande lucratividade devido à superexploração e aos incentivos estatais que criavam a infraestrutura necessária e praticavam protecionismo criando mercados cativos. Cf. MARINI, [1996] 2000, p.273.

fluxo de capital financeiro para a América Latina também visava criar ali um mercado para indústria pesada que se expandia no capitalismo central.

Com isso, ocorre uma mudança da divisão internacional de trabalho, que não mais se pauta numa separação países industriais e exportadores de bens primários, mas impõe nova hierarquia. Com o progresso técnico, etapas da produção industrial de menor valor agregado vão sendo transferidas para as periferias, escalonando-se os países em diversos níveis de desenvolvimento que escapam da divisão dualista centro-periferia²⁹. Aos países no topo dessa nova cadeia cabem as etapas e os setores mais avançados, com monopólio sobre a tecnologia de ponta.

A transferência de tecnologia para a periferia responde então a momento específico do desenvolvimento do capitalismo em escala mundial. Com isso, pôde-se aumentar a produtividade nas economias dependentes, mas, dado sua configuração específica, isso não resulta em uma transição a uma acumulação baseada em mais-valia relativa. A redução relativa do tempo de trabalho necessário permitiu que os capitalistas ampliassem e intensificassem as formas de exploração, continuando a remunerar o trabalho por debaixo de seu valor.

Para isso, a manutenção da cisão entre esfera alta e baixa se manteve, e o progresso técnico foi incorporado somente no âmbito da primeira. Assim, surge uma indústria arcaica, orientada para o consumo dos trabalhadores, que crescem a taxas baixíssimas, e outra dinâmica, com tecnologia de ponta, de bens suntuários e de capital.³⁰ Para que a realização da produção da esfera superior possa ocorrer, mecanismos devem ser ativados, como a inflação que transfere renda em prol das classes não trabalhadoras, ou a intervenção do Estado, e, sobretudo, a remuneração da força de trabalho abaixo do seu valor, a superexploração, o que mantém a esfera baixa comprimida.

Quando o consumo das classes não produtoras não é suficiente para realizar a produção, não se pode, portanto, recorrer ao consumo das massas que o sistema reprime com suas particulares formas de exploração. Com o progresso técnico e a crescente necessidade de ampliação de mercado, a solução nas economias dependentes é voltar-se ao mercado externo, dessa vez ofertando bens industriais. Novamente, o mercado mundial se torna vital para que se complete o ciclo de capital no capitalismo dependente.

²⁹ Novas formas de relações internacionais vão surgir, e é nesse novo cenário que Marini vai inserir seu conceito de subimperialismo, “uma forma particular que assume a economia industrial que se desenvolve no marco do capitalismo dependente” (Cf. MARINI, [1973] 2000, p. 151), mas que está além do escopo deste trabalho.

³⁰ Mas, na medida em que se comprime dessa forma a capacidade de consumo dos trabalhadores, é fechada qualquer possibilidade de estímulo ao investimento tecnológico no setor de produção destinado a atender o consumo popular. “Não pode ser, portanto, motivo de surpresa que, enquanto as indústrias de bens supérfluo crescem a taxas elevadas, as indústrias orientadas para o consumo de massas (as chamadas “indústrias tradicionais”) tendem à estagnação e inclusive à regressão” (MARINI, [1973] 2000, p.148).

Assim, em sua essência, a dependência não muda. Permanece a cisão na esfera da circulação, e suas consequências sobre a forma de exploração. O aumento da produtividade na indústria tradicional (arcaica, de bens salário) não interessa ao capitalista, ou apenas marginalmente, já que as possibilidades de realização aí se encontram limitadas pela compressão do consumo do trabalhador. Ao mesmo tempo, é a compressão da esfera baixa que permite a conservação e ampliação da esfera alta, num processo retroativo, não se abrindo possibilidade de escape. Nas palavras do autor, sobre a passagem a etapa industrial na América Latina: “A produção baseada na superexploração do trabalho voltou a engendrar assim o modo de circulação que lhe corresponde, ao mesmo tempo em que divorciava o aparato produtivo das necessidades de consumo das massas”³¹.

I. 3 - Análise do Ciclo do Capital

Em obra posterior, Marini se aprofunda na ótica do ciclo de capital para explicar o fundamento da dependência. No ensaio publicado em 1979, *O Ciclo do Capital na Economia Dependente*, o autor analisa, para uma economia dependente industrializada, semelhante a que observava na época, cada uma das três fases do ciclo D-M-D'³², definidas já por Marx, e como elas se entrelaçam com a economia mundial internalizando a dependência

Marini destaca alguns pontos em relação ao tópico. A centralidade do capital-dinheiro, que é o início e o fim do processo do ciclo do capital, sendo necessário para que este se repita continuamente. Também, aponta a importância da fase da produção, onde a atuação do trabalho produz o sentido da acumulação capitalista, a valorização do capital, e sua contrapartida para o trabalhador, a exploração. O autor destaca como as três etapas estão integradas, e se afetam mutuamente, num processo cíclico.

I. 4.1 - Primeira fase

³¹ MARINI, [1973] 2000, p.149.

³² O ciclo do capital-dinheiro, que se ampliado, toma a forma D – M ... P ... M' - D' e expressa a valorização do capital em economias capitalistas pela geração de mais-valia. Ciclo em que D representa dinheiro, M, mercadoria, P, produção, M', a mercadoria com novo valor e D', o dinheiro aumentado.

A primeira fase de circulação é D-M, em que o capitalista recorre à circulação para trocar o capital na forma dinheiro por mercadorias, seja força de trabalho ou meios de produção, que serão utilizadas no processo produtivo. Uma primeira questão que se coloca é a origem desse capital dinheiro, que pode prover de distintos agentes, o capital nacional privado, o capital estatal e o capital externo.

No primeiro caso, trata-se não do capital juridicamente nacional, mas sim da mais-valia gerada internamente, no território nacional. No caso dos investimentos estatais, devemos notar a importância então que o Estado pode desempenhar para o ciclo de reprodução do capital, direta ou indiretamente. Sua receita advém da apropriação da mais-valia privada ou até da apropriação de parte da remuneração do capital variável (através de impostos, diretos ou indiretos, sobre o capital ou sobre o trabalho, respectivamente). Também, há a mais-valia que o próprio Estado produz, pelas estatais. Ressalta-se que nem todo gasto público é produtivo. O são os destinados a investimentos produtivos ou transferências para o capital privado (isenções, subsídios, investimentos em infraestrutura, gastos em educação, etc.).

Por sua vez, o capital externo se apresenta de forma direta (investimento externo direto, sendo remunerado por remessas de lucros) ou indireta (por empréstimos e financiamentos a ser utilizados pelo capital nacional, remunerado por juros, estando isento do risco produtivo). O autor ressalta que a forte presença que o capital externo tem nas economias dependentes é sua marca. Não complementa a atuação do capital autóctone, mas compete com ele. A toda entrada de capital existe uma contrapartida de saída, e assim capitalistas estrangeiros se apropriam de parte da mais-valia gerada na periferia³³.

Embora apareça inicialmente como fator exógeno ao ciclo de capital na economia dependente, já nesta primeira fase o capital externo se internaliza, conectando a dinâmica da acumulação dependente ao mercado mundial. Logo essa sua primitiva presença se desdobrará nas fases seguintes do ciclo.

Voltemo-nos agora para outra questão da primeira fase de circulação, a origem do capital enquanto mercadoria que será utilizada na produção. A força de trabalho constitui por ampla maioria do operariado nacional (excetuam-se alguns trabalhadores altamente especializados).

³³ “O capital estrangeiro não se move apenas em um sentido, o da entrada na economia dependente, mas também no sentido inverso, o de saída em relação àquela. [...] Isso dá lugar a transferências de mais-valia ao exterior” (MARINI, [1979] 2012, p.26).

Mas os meios de produção não podem ser todos obtidos internamente, em especial as máquinas e equipamentos³⁴.

No capitalismo clássico³⁵, a industrialização assume um desenvolvimento histórico específico, começando a revolução por indústrias de manufaturados simples, de consumo popular, para depois desenvolver-se um setor de bens de produção, a indústria pesada. Nas economias dependentes, a industrialização não segue esse caminho orgânico, pois ocorre tardiamente. A produção de bens de consumo pode contar já em sua origem com um mercado externo de bens de capital, no qual vai obter as máquinas e equipamentos que necessita. Não se faz premente a evolução da indústria pesada para o prosseguimento da acumulação, e, assim, as economias dependentes se concentram na produção de bens de consumo popular e de luxo, importando os meios de produção que não fabricam.

O que Marini expõe aqui é que pela industrialização tardia, as economias atrasadas dependem também nesse aspecto do mercado externo, ou seja, na obtenção dos meios de produção e da tecnologia externa. Além da dependência pelo aspecto do capital-dinheiro já explicado, pelo próprio capital-mercadoria, que não é produzido internamente.

I. 4. 2 - Segunda Fase

A segunda fase do ciclo de capital engloba a produção onde o trabalho transformará os meios de produção e lhe ampliará, criando mais valor, a ser apropriado pelo capitalista. Aqui o capital já comparece sob a forma mercadoria, meio de produção ou força de trabalho, ao qual o processo produtivo também retornará mercadorias, mas transformadas.

Essa etapa de produção se entrelaça com a anterior.³⁶ Conforme visto, nas economias dependentes, parte importante dos meios de produção é obtida no exterior. Empresas com maior acesso a esse mercado mundial (seja por serem estrangeiras, ou contarem com capital externo) terão acesso a máquinas e meios de produção dos países avançados, que são marcados por uma superioridade tecnológica.

³⁴ “A aquisição de meios de produção no mercado mundial não é por si só uma característica da economia dependente. Nenhum país capitalista, nenhuma economia em geral vive hoje isolada. O que caracteriza a economia dependente é a forma aguda que essa característica adquire e o fato que ela responde à própria estrutura de seu processo histórico de acumulação de capital” (MARINI, [1979] 2012, p. 27).

³⁵ Entende-se por capitalismo clássico aquele dos países avançados, que (Cf. MARINI, [1973] 2000), por desenvolver-se primeiro, operou um processo orgânico nas economias centrais.

³⁶ “Entretanto, a fase de produção não é independente em relação à primeira fase de circulação; a maneira como esta se realiza condiciona o processo de produção imprimindo-lhe características próprias” (MARINI, [1979] 2012, p.28).

Assim, cria-se um diferencial técnico na indústria das economias dependentes, em que as empresas em maior consonância com o capital externo são mais produtivas e atuam com preços de produção menores do que as empresas que devem operar sob as condições normais, médias da indústria local.

No entanto, todos os tipos de empresas, independentemente do nível tecnológico, vendem a um mesmo preço de mercado, baseado nas condições médias de produção. Com isso, as que contam com a tecnologia externa obtêm maior margem de lucro, ocorrendo uma transferência de mais-valia para os setores mais produtivos, conforme descreve Marx em sua análise de mudança de valor para preço³⁷. Trata-se de lucros extraordinários, os quais a concorrência e a difusão tecnológica deveriam corrigir com o tempo.

Essa situação que é normal no capitalismo toma matiz especial nas economias dependentes. Aqui a elevação da produtividade não é fruto de um desenvolvimento orgânico, um esforço interno para alcançar mais-valia extraordinária. Ao contrário, vem de fora, e garante às empresas que tem acesso à essa tecnologia estrangeira uma posição de monopólio permanente, com sucessiva apropriação de mais valor extraordinário.

Por mais que as indústrias locais tentem inovar para alcançar esse patamar tecnológico, Marini afirma que as economias avançadas encontram-se sempre em vantagem, assim como as empresas na economia dependentes com acesso à tecnologia avançada, as mais competitivas. Ao partir de uma situação em que detém o monopólio sobre um grande diferencial tecnológico, concentram mais-valia e tem ainda mais capacidade manter essa posição. De fato, opera-se uma centralização de capital precoce nas economias dependentes, seja pela contínua absorção de mais-valia extraordinária (mais comum), seja por competição de preços, na qual as empresas associadas ao capital externo têm vantagens insuperáveis (custos inferiores).

Assim, resta às empresas locais tentar apenas atenuar esse mecanismo de transferência. E o farão, conforme raciocínio que Marini já desenvolvera anteriormente³⁸, através da superexploração. Ou seja, mecanismos que remuneram a força de trabalho abaixo do seu valor real, a saber, aumento da intensidade do trabalho, da jornada e baixa forçada de salários. Mas a superexploração se generaliza na economia dependente, ampliando os lucros das empresas dinâmicas e reduzindo os preços em geral, pela redução artificial do preço do trabalho.

Mas para que seja possível remunerar o trabalho abaixo de seu valor, a capacidade de reivindicação do operariado deve ser desarticulada, pelo qual se faz essencial a manutenção de

³⁷ MARX, [1894] 1980.

³⁸ MARINI, [1973] 2000.

um largo exército industrial de reserva, que se amplia enquanto se inserem as novas tecnologias (sobretudo externas) e se eleva a composição orgânica de capital. Vale lembrar a importância de fatores extra econômicos que também concorrem para esse movimento, como a ação estatal.

Marini ressalta como a dependência do mercado externo que se manifestava na primeira fase de circulação do capital se arrasta para a fase de produção. O capital externo entra nas economias dependentes em busca qualquer oportunidade lucrativa ignorando o desenvolvimento interno. Assim, setores que demorariam a se desenvolverem num processo orgânico, como o das economias centrais, são precipitados, com a inserção abrupta de tecnologias estranhas a indústria nacional. É por isso que a produção passa a se desligar das necessidades reais de consumo da massa do mercado interno, o que em *Dialética da Dependência*, Marini chamou de cisão das esferas de circulação.

I. 4. 3 - Terceira Fase

A terceira e última fase do ciclo de capital compreende a etapa em que a mercadoria produzida retorna à forma dinheiro pela realização do valor. É, portanto, uma segunda fase de circulação.

Existem três categorias de mercadoria, a saber: bens-salário, que entram no consumo das massas trabalhadoras; bens suntuários, que não entram nesse consumo do operariado, mas sim no das classes mais altas; e os bens de capital, comprados pelos capitalistas para uso na produção, e consumidos ao longo dela. Assim, resta saber como se dá a realização dos bens de consumo, populares ou de luxo. Conforme analisa Marini na fase de produção, nas economias dependentes, a produção de bens de capital é muito reduzida em função da oferta externa de tecnologia, o que faz com que o mercado de bens de consumo tenha ainda mais centralidade na etapa de circulação nas economias atrasadas³⁹.

A superexploração que se opera no âmbito da exploração faz com que a remuneração do trabalhador esteja abaixo do seu valor, o que reprime o consumo dos bens-salário e a dificulta a realização desse tipo de mercadoria.

³⁹ “Em última instância, toda a produção industrial está referida a este [ao consumo individual, não produtivo], posto que representa a destinação última da produção, embora boa parte dela, e inclusive uma parte majoritária, seja consumida no curso do próprio processo de produção e não compareça nunca no mercado de consumo. Esse caráter [...] acentua-se na economia dependente, pelo fato que já assinalamos anteriormente: o de que esta prolonga sua produção de bens de consumo em função da oferta externa de bens de capital a à qual pode recorrer” (MARINI, [1979] 2012, p.33).

Os capitalistas, por sua vez, têm que ceder parte da mais-valia produzida internamente para o capital externo, através dos mecanismos expostos por Marini na análise da primeira fase de circulação. Com o vazamento de parte do valor produzido, o mercado interno é comprimido. Da mais-valia que resta, parte é acumulada, e outra parte é utilizada para consumo das classes não trabalhadoras, um consumo suntuário, essencialmente.

Assim, as diferentes esferas de consumo individual caracterizam a estrutura de distribuição de renda da economia dependente, fundada ou nos salários ou na mais-valia não acumulada. Revela-se assim a dinâmica da dependência. Devido à forma como a produção se organiza, com a superexploração, comprime-se o consumo fundado na remuneração do trabalho e se amplia a mais-valia, o que contribui para o aumento do consumo suntuário. É assim que Marini explica a alta concentração de renda que se observa nas economias dependentes⁴⁰.

Como o mercado de luxo se torna o setor dinâmico, a produção aprofunda sua tendência de concentrar-se na indústria suntuária, num mecanismo cíclico, que tem como consequência afastar cada vez mais as massas trabalhadoras. A produção perde a conexão com as necessidades da população, e, conforme Marini expõe em trabalho anterior (1973), sob a ótica da cisão das esferas de consumo, surgem dois tipos de indústria, uma para cada grupo de bem de consumo. A chamada tradicional, para os populares, e as dinâmicas, para os bens suntuários, eixo da acumulação, que cresce a taxas elevadas. Mas o mercado interno tem sua expansão limitada (devido ao fluxo de mais-valia para o capital estrangeiro), o que faz com que o comércio exterior complete parte da circulação⁴¹.

Assim, Marini conclui que as três fases do ciclo do capital nas economias dependentes se entrelaçam e se co-determinam, sempre marcadas pela entrada imposta do capital externo (na forma dinheiro ou mercadoria). Gera-se então um processo que perpetua a superexploração, estratificação do mercado interno, a concentração de capital, os lucros extraordinários, a desigualdade na distribuição de renda, enfim, a dependência em sua essência, reproduzindo e ampliando suas contradições.

⁴⁰ Concentração de renda que se perpetua até os dias atuais, inclusive com a suposta ascensão da “classe C”, no debate mencionado da nova classe média. LUCE, 2013b.

⁴¹ “Portanto, ao constatar o divórcio que se verifica entre produção e circulação na economia dependente (e sublinhar as formas particulares que assume esse divórcio nas distintas fases de seu desenvolvimento) se insistiu: a) no fato de que esse divórcio se gera a partir das condições peculiares que adquirem a exploração do trabalho em dita economia - as que denominei superexploração; e b) na maneira como essas condições fazem brotar, permanentemente, desde o seio mesmo da produção, os fatores que agravam o divórcio e o levam, ao se configurar a economia industrial, a desembocar em graves problemas de realização” (MARINI, [1973] 2000, p.155).

I. 5 - Intercâmbio Desigual e Superexploração

Até então neste trabalho, tratou-se apenas marginalmente de dois importantes temas na obra de Marini, o intercâmbio desigual e a superexploração. Cabe aqui aprofundar um pouco mais seus conceitos e como se inter-relacionam no contexto da dependência. O autor comete alguns erros teóricos ao entrar mais a fundo nesses tópicos, o que faz com que sejam de difícil compreensão e constituam objetos de grande controvérsia na teoria da dependência. Não cabe ao escopo desse trabalho cobrir todo o debate que aí se insere, mas apenas introduzir o tema.

Retomando a análise em que a América Latina se insere no capitalismo mundial no contexto da passagem à mais-valia relativa no capitalismo central, Marini levanta a temática do intercâmbio desigual. A troca entre equivalentes se passa quando se trocam bens produzidos com a mesma quantidade de trabalho socialmente necessário. Mas podem operar mecanismos que transferem valor entre as partes, respeitando a lei do valor ou não. São dois os tipos de mecanismos que Marini⁴² destaca.

O primeiro advém da produtividade. Ao criar técnicas melhores, o capitalista produz mercadorias com um valor unitário menor, pois se cria mais no mesmo tempo, ou, o que é equivalente, utiliza-se menos trabalho para produzir o mesmo. Mas as mercadorias são vendidas por um preço de mercado único, que oscila, mas é baseado nas condições médias de produção. Assim, o capitalista que conseguiu reduzir seus custos poderá vender seus artigos por um preço maior que seu preço de produção, obtendo um lucro extraordinário. Ocorre que a mais-valia se redistribui em favor das indústrias e setores mais produtivos. Esse tipo de transferência de valor ocorre principalmente entre países avançados, onde as leis capitalistas estão mais bem consolidadas.

O segundo mecanismo que Marini aponta é fundado no poder de monopólio e ocorre normalmente entre nações avançadas e atrasadas, que produzem diferentes tipos de bens. As primeiras, contanto com grande superioridade tecnológica e, portanto, monopólio na produção dos bens mais avançados, podem vendê-los a preços acima de seu valor. As economias dependentes, que não podem produzi-los, não tem outra escolha senão compra-los numa troca desigual, que transfere excedente para o centro capitalista. Aqui, a lei do valor é iludida.

⁴² MARINI, [1973] 2000.

As Nações atrasadas não podem impedir essa transferência no plano do mercado. Assim, lhes resta tentar compensá-la, mitigá-la, no âmbito da produção. Opera-se um mecanismo no interior da economia dependente que contribui para ampliar a massa de mais-valia gerada, através do aumento da exploração do trabalhador para além de seus níveis “normais”, uma superexploração.

Entretanto, Marini não define a superexploração como consequência da troca desigual. Nas palavras do autor:

a superexploração do trabalho é incentivada pelo intercambio desigual, mas não deriva dele e sim da febre de lucro que cria o mercado mundial e se baseia fundamentalmente na formação de uma superpopulação relativa⁴³

De fato, ambos, troca desigual e superexploração, são consequência da inserção específica da América Latina no capitalismo em escala mundial, respondendo a necessidades impostas por seu centro dinâmico, as economias centrais, conforme já analisado.

A superexploração manifesta-se de três maneiras. Pelo aumento não remunerado da intensidade do trabalho, pelo aumento também não pago da jornada e pela desapropriação de parte do fundo de consumo do trabalhador, que deveria repor a força de trabalho gasta no processo produtivo. Em comum, esses mecanismos negam ao trabalhador a capacidade de repor seu desgaste, ou seja, remuneram o trabalhador abaixo do valor da força de trabalho.

O autor adverte que a superexploração não se confunde com a mais-valia absoluta, pois engloba a forma de exploração por aumento da intensidade do trabalho, que Marini considera como modalidade de mais-valia relativa⁴⁴. Ele a diferencia da mais-valia relativa fundada em produtividade, que decorre da redução do tempo de trabalho necessário para se gerar um mesmo valor, e, portanto, reduz o valor individual das mercadorias produzidas. A intensificação do trabalho, por sua vez, constituiria mais-valia relativa para Marini, por também produzir mais bens num mesmo intervalo de tempo, através de maior dispêndio de trabalho ao longo de uma mesma jornada.

Ocorre que, na definição original de Marx, o aumento da intensidade do trabalho insere-se na mais-valia absoluta, justamente porque amplia o esforço exercido pelo trabalhador, conforme o próprio Marini aponta⁴⁵. Ou seja, aumenta a quantidade de mercadorias produzidas já que

⁴³ MARINI, [1978] 2000, p.177.

⁴⁴ MARINI, [1973] 2000, p. 159.

⁴⁵ MARINI, [1978] 2000, p.162.

aumenta o trabalho vivo aplicado no processo produtivo. Assim, se mantém inalterado o valor individual das mercadorias.

Essa confusão teórica não invalida a análise de superexploração elaborada por Marini. Conforme ressalta Carcanholo⁴⁶, a superexploração é uma categoria específica do capitalismo dependente, que exprime a compressão dos trabalhadores como necessidade para o prosseguimento da acumulação dependente diante da transferência de valor. Assim, segue como categoria válida enquanto perdura a inserção subordinada da América Latina, independentemente dos erros e acertos de Marini ao indicar suas manifestações concretas⁴⁷.

A superexploração é então a marca da dependência, e impacta todos os âmbitos das formações sociais dependentes. Não é uma reminiscência de modos de acumulação primitivos, como algumas teses dualistas fizeram crer, mas a forma como a produção interna tem que se organizar para se inserir na acumulação internacional do capital, é a internalização da posição subordinação.

⁴⁶ CARCANHOLO, 2013.

⁴⁷ Resta, porém a dúvida de se a superexploração estaria identificada com a mais-valia absoluta na teoria da dependência. Alguns autores contemporâneos que revitalizaram o pensamento de Marini defendem que não, já que a mais-valia relativa não deixa de ser possível em economias dependentes, apenas adquire características especiais. Para aprofundamento, ver CARCANHOLO, 2013.

CAPÍTULO II - A RETOMADA ORIGINAL DA TEORIA DA DEPENDÊNCIA E O PADRÃO DE REPRODUÇÃO DO CAPITAL

No capítulo anterior, se pretendia traçar um panorama do pensamento de Ruy Mauro Marini acerca do tema dependência. É necessário agora entrar em seu resgate crítico, e entender como essas formulações se inserem nas especificidades do capitalismo contemporâneo.

Após surgir nos anos 60 e 70, a teoria marxista da dependência foi ignorada pela intelectualidade brasileira, inclusive de esquerda. Algumas questões explicam isso. O pensamento crítico radical sofreu duros golpes a partir de 1964, com a perseguição e expulsão do país de militantes e pensadores. Ao longo dos anos seguintes, vários outros golpes militares tomaram a América Latina numa ofensiva conservadora que conseguiu desarticular os movimentos revolucionários.

Além disso, cabe avaliar a situação específica da introdução da obra de Marini no Brasil. Exilado no México à ocasião do lançamento de sua obra central, *Dialética da Dependência*, Marini não foi publicado em seu país de origem devido à censura da ditadura. Sua obra foi introduzida no Brasil através da leitura crítica de Fernando Henrique Cardoso e José Serra, que deturpava parte da exposição original do autor (conforme o próprio Marini expõe em artigo de resposta⁴⁸). Além disso, sua réplica não foi divulgada (assim como o posterior debate que se seguiu no México), o que fez com que a teoria marxista da dependência não se difundisse no Brasil, enquanto era amplamente lida por toda a América Latina e também Europa⁴⁹.

Nos anos recentes, alguns autores vêm retomando e divulgando o pensamento original de Marini e seus companheiros. Jaime Osório, Marcelo Carcanholo, Adrian Soutelo Valencia, Carlos Eduardo Martins, Mathias Luce, são alguns dentre os muitos autores que tentam resgatar a teoria marxista da dependência, ganhando força no país a partir da segunda metade da década de 90.⁵⁰

⁴⁸ MARINI, [1978] 2000

⁴⁹ Para mais detalhes, conferir o artigo “História de um não-debate: a trajetória da teoria marxista da dependência no Brasil” (PRADO, 2011).

⁵⁰ Ibidem, p. 71.

Essa revisão não é acidental. Nas últimas décadas, o neoliberalismo dominou o panorama político econômico e ideológico, aplicando uma agenda de medidas que contribuíram para agravar as tensões sociais. A exploração e a desigualdade aumentaram no continente latino americano, enquanto avançava um padrão de industrialização concentrada que trazia a modernidade para poucos. A revolução tecnológica com um novo padrão de acumulação flexível e uma nova na divisão internacional do trabalho são o pano de fundo dessa etapa contemporânea do capitalismo. Descentralização produtiva, terceirização, redução de salários e perda de direitos, numa ofensiva contra o trabalho, são marcos no avanço da globalização.

O pensamento dominante foi insuficiente para conter essas mudanças. Na América Latina, em especial, o pensamento heterodoxo se voltou a uma postura neoestruturalista, novamente liderada pela CEPAL, em que a herança desenvolvimentista é mesclada com uma adequação aos avanços neoliberais. As recomendações centram-se em integrações seletivas à economia global, com políticas industriais de Estado contribuindo para a criação de vantagens comparativas⁵¹. De fato: “O neoestruturalismo, apesar de reconhecer as assimetrias no sistema mundial, vê a necessidade de continuar fazendo parte desse sistema”.⁵²

Nos anos recentes, o neoliberalismo passou por algum retrocesso. Observa-se uma ascensão de governos de centro-esquerda progressistas na América Latina, governos como o de Kirchner, Chávez, Morales e Lula e Dilma no Brasil. Esses mandatos advogam o retorno de padrão de crescimento neodesenvolvimentista. Mas isso está longe de mudar a condução real de dependência no continente, pois as marcas de subdesenvolvimento e superexploração não desapareceram.

Assim, uma vez mais é necessário buscar alternativas ao atual padrão de desenvolvimento que polariza, concentra, explora. Um novo modelo deve ser encontrado e para isso, se devem operar mudanças radicais nas bases da sociedade. A revolução aparece mais que nunca como saída para combater os problemas trazidos pelo capitalismo dependente. Marini sabia disso, e nunca deixou de atuar também como militante⁵³. Assim, a retomada da teoria da dependência é, além de essencial para a compreensão da história da América Latina, um poderoso instrumento para mudar essa história do continente, e permitir um destino diferente ao seu povo.

O capítulo presente pretende explorar essas dimensões da análise. Para isso, divide-se em quatro subseções. A primeira apresenta a análise que Marini publica, em 1996, sobre as tendências da globalização capitalista, em que capta a essência do novo cenário internacional. Nas seções dois e três, é apresentada a categoria padrão de acumulação de capital, uma proposta teórica elaborada

⁵¹ BIELSCHOWSKY, 2009

⁵² KAY, 2009, p.380.

⁵³ Sobre atuação militante de Marini, ver SADER, 2009.

por Jaime Osório, que nos traz ferramentas para melhor compreender essa mudança no capitalismo internacional e seus impactos sobre a periferia. No último tópico, é exposta a análise do mesmo autor, através da categoria apresentada, sobre o desenvolvimento atual da América Latina. Assim, se pretende expor a atualidade da teoria marxista da dependência.

II. 1 - Análise de Marini

Formalizadas nas décadas de 60 e 70, as formulações de Marini tiveram dificuldades em apresentar uma análise da mudança do padrão de acumulação nos anos 80, com a globalização e as novas formas de produção. O autor tenta traçar, em ensaio no fim de sua vida *Processo e Tendências da Globalização Capitalista*⁵⁴, um panorama da nova problemática, ressaltando novo caráter da dependência.

Nas palavras do autor,

“globalização caracteriza-se pela superação progressiva de fronteiras nacionais no marco do mercado mundial, no que se refere às estruturas de produção, circulação e consumo de bens e serviços, assim como por alterar a geografia política e as relações internacionais, a organização social, as escalas de valores e as configurações ideológicas próprias de cada país”⁵⁵

Marini considera que a globalização é uma transição histórica que carrega aspectos inéditos. O tamanho da população envolvida é gigantesco. Há uma aceleração do tempo histórico, com grande difusão de padrões e ideias. Conta-se então com uma enorme capacidade de produção. E devido a diversos fatores (urbanização, concentração demográfica, etc., e principalmente, revolução das TICs), as transformações ocorrem numa velocidade muito maior⁵⁶.

O novo padrão de acumulação surgiu em resposta à crise que se iniciou com a queda das taxas de lucros nos anos 60 e a explosão inflacionária com os choques do petróleo, resultando em graves recessões⁵⁷. A crise se resolveu via uma imensa centralização que permitiu retomar os investimentos, em especial os em tecnologia, fazendo uso de fusões de ativos financeiros, acordos tecnológicos e terceirização.

⁵⁴ MARINI, [1996] 2000.

⁵⁵ Ibidem, p.269.

⁵⁶ Ibidem, 270-272.

⁵⁷ WALLERSTEIN, 2009, p. 62.

No cenário que se estabelece, surgiu uma nova organização do trabalho, onde o crescimento econômico não traz melhorias para os trabalhadores⁵⁸. Forte ofensiva contra os movimentos dos trabalhadores foram necessários para permitir o novo padrão de acumulação, dos quais os governos Thatcher e Reagan seriam exemplos. Foi possível então operar uma flexibilização do trabalho, o que reduziu gastos sociais, permitiu comprimir salários, ampliou a exploração e gerou uma heterogeneização do mercado de trabalho.

Essas mudanças estão em consonância com as mudanças na base técnica, as inovações tecnológicas que tomam centralidade cada vez maior no processo produtivo a partir da terceira revolução industrial. Com ela, o conhecimento e a inovação ganham centralidade no processo produtivo, e uma força de trabalho altamente qualificada se torna vital⁵⁹.

Assim, Marini argumenta que surge uma nova divisão internacional do trabalho, onde a localização dessa mão-de-obra educada é determinante para o estabelecimento das indústrias de ponta. Nessa nova organização social, os países centrais mantêm os segmentos produtivos mais inovadores, pois contam com renovada vantagem, pela superioridade em pesquisa e inovação e pelo monopólio tecnológico que possuem. Também, historicamente controlam a transferência de capital para as periferias, seja por empréstimos ou pela própria mudança geográfica de empresas.

Dessa forma, a nova divisão internacional do trabalho passa a se assemelhar ao modelo exportador do início do século XX. Países da América Latina voltam a se especializar na produção de bens primários, importando manufaturas. Isso leva Marini a afirmar que “o tema de uma nova divisão internacional do trabalho, *mutatis mutandis*, tende a reestabelecer, em um plano superior, formas de dependência que acreditávamos desaparecidas com o século XIX”.⁶⁰

A tecnologia ganha protagonismo, aprofundando a brecha entre centro e periferia. Os investimentos necessários em pesquisa e educação para alcançar o nível tecnológico dos países centrais são gigantescos, e o acelerado ritmo de inovação só agrava a situação e enraíza a dependência. É por isso que Marini defende que a política volta a ser uma questão central, sendo necessário aplicar políticas públicas que incentivem a geração do conhecimento.

O autor defende a tese de que, pela globalização, se observaria no capitalismo uma “tendência ao pleno reestabelecimento da lei do valor”.⁶¹ Devido à transnacionalização da

⁵⁸ MARINI, [1996] 2000, p.277; OSORIO, 2012b, p. 123.

⁵⁹ “Tratar-se ia agora da participação do trabalhador num verdadeiro exército industrial globalizado em processo de constituição, em função do grau de educação, cultura e qualificação produtiva de cada um” (MARINI, [1996] 2000, p.281).

⁶⁰ MARINI, [1996] 2000, p.283.

⁶¹ Ibidem, p. 285.

economia, e à perda de importância das fronteiras nacionais, se agrava a competição mundial e se torna mais difícil manter contida a difusão tecnológica. Há uma tendência a homogeneizar processos produtivos e estandardizar mercadorias, o que resulta equalização das composições técnicas de capital entre periferia e centro, numa tendência que iguala taxas de lucro⁶².

Assim, a obtenção de lucros extraordinários fica dificultada e o trabalhador ressurgiu como principal alternativa para o capitalista⁶³. Num cenário cada vez mais competitivo, os custos de produção mais baixos passam a ser uma importante vantagem comparativa, obtidos pela superexploração da força de trabalho. Assim, Marini entende que a superexploração se espalha pelo mundo, alcançando a indústria dos países centrais, sendo assim reestabelecida a lei do valor⁶⁴. Essa interpretação recebe algumas críticas dentro da teoria marxista da dependência, uma vez que ignora a superexploração enquanto categoria que se insere no desenvolvimento histórico do capitalismo dependente. Marini confundiria a categoria com suas manifestações concretas, o que levaria a uma interpretação incorreta da generalização da lei do valor⁶⁵.

Apesar da controvérsia, Marini explica assim a intensificação da pobreza dos trabalhadores frente aos avanços produtivos da sociedade. A luta dos trabalhadores deve voltar-se então a impedir esse avanço do controle do capital, reduzindo as jornadas e encontrando meios de organização que respondam à nova integração mundial da mão-de-obra. Marini reafirma assim sua convicção revolucionária: “implica colocar sobre bases radicalmente distintas o conteúdo e as formas do desenvolvimento econômico mundial”.⁶⁶

Dessa forma, se observa que o autor tenta inserir em sua análise do desenvolvimento dependente da América Latina as mudanças que se dão no curso da globalização, apesar de não estar isento de contradições e críticas. Marini falece em 1997, cabendo então aos novos teóricos da dependência enriquecer suas análises e criar renovadas categorias que permitam compreender e mudar a realidade que vem se impondo.

⁶² Ibidem, p.290; Ver também MARTINS, 2011, p. 132.

⁶³ “A contrapartida dessa situação [globalização e homogeneização dos processos produtivos] é que aumenta a importância do trabalhador enquanto fonte de lucros extraordinários” (MARINI, [1996] 2000, p.290).

⁶⁴ “Desse modo, generaliza-se a todo o sistema, inclusive aos centros avançados, o que era uma marca distintiva (ainda que não privativa) da economia dependente: a superexploração generalizada do trabalho” (Ibidem, p. 191).

⁶⁵ CARCANHOLO, 2013, p.94

⁶⁶ MARINI, [1996] 2000, p.291

II. 2 - Padrão de Reprodução de Capital: Motivação Teórica

Uma das retomadas inovadoras da teoria da dependência envolve a criação da categoria padrão de reprodução de capital, por Jaime Osório. A proposta remonta ao artigo de Marini de 1979, em que expõe a lógica da economia dependente através da análise de seu ciclo do capital, conforme analisado neste trabalho.

Osório formaliza esse método de análise e o enriquece, criando uma formulação original que permite criar uma visão totalizadora e interdisciplinar do desenvolvimento histórico das economias, dependentes ou não.

Na medida em que o capital, em suas múltiplas formas do capital social, percorre seu ciclo de valorização, vai deixando pegadas, rastros, que originam padrões de comportamento nas distintas sociedades. Assim, ao focar em determinados setores, aplicar tecnologias específicas, explorar de diferentes maneiras, etc., o capital cria um padrão de reprodução, que organiza a sociedade de maneira especial, em sua especificidade temporal. *É esse o interesse da investigação de Osório.* Como se estabelece cada padrão, com sua ascensão, auge e declínio, como se transita de um padrão de reprodução para outro, e principalmente, como são essas pegadas que deixa o capital em cada etapa da história.

Conforme ressalta o autor, o marxismo é uma teoria totalizante, que lida com diferentes níveis de abstração e os integra. Partindo de aparatos mais gerais para outros mais concretos, temos: modo de produção, modo de produção capitalista, sistema mundial, padrão de reprodução de capital, formação econômico-social e conjuntura⁶⁷. Cabe justamente à categoria padrão de reprodução de capital fazer dialogar níveis de análise mais abstratos e mais particulares. Por essa mediação, torna-se possível introduzir um caráter histórico, geográfico e social na reprodução do capital, no âmbito de países, regiões, formações econômico-sociais, etc.

A importância original do padrão de reprodução de capital é que permite integrar a análise de valorização do capital com a das formas específicas que ele assume em cada situação, os valores de uso, compondo a lógica marxista totalizante. São dois os principais aportes teóricos que a obra de Marx fornece para a construção dessa proposta analítica, os esquemas de reprodução, de um nível de análise muito abstrata, e o ciclo do capital, expostos no Livro II de *O Capital*.

⁶⁷ "Para compreender o papel heurístico da noção de padrão de reprodução do capital é necessário inicialmente sublinhar que no marxismo existem diferentes níveis de análise, uns mais abstratos, outros mais concretos, com categorias próprias em cada nível, mas inter-relacionadas no corpus teórico que os constitui, os quais buscam dar conta de problemas de reflexão específicos. É com base nessa perspectiva que se fala de noções como modo de produção, modo de produção capitalista, sistema mundial formação econômica-social e conjuntura" (OSÓRIO, 2012b, p.38).

Os esquemas de reprodução classificam os setores de produção pelo que produzem, os de meios de produção e os de meios de consumo, este dividido em bens necessários, consumido por trabalhadores centralmente, e bens de suntuário, consumidos pela mais-valia não acumulada.

Para tal nível de abstração, alguns pressupostos são necessários. Considera-se uma economia capitalista pura, com duas classes, capitalistas e trabalhadores. Supõe-se mesma duração e intensidade do trabalho, assim como composição orgânica do capital constante (não muda a exploração nem a distribuição). Também é considerado que não há comércio exterior.

Osório aponta que há uma contradição no capitalismo, de produzir valor na forma de valor de uso, ou seja, a reprodução tem que se preocupar garantir a realização para permitir que o processo de valorização do capital social se complete e prossiga. Para lidar com essa complexidade, os esquemas de Marx apelam para a simplificação de setores, ainda que isso coloque em pauta as dificuldades de realização. De fato, a reposição dos meios necessários à produção de um setor depende de mercadorias do outro⁶⁸.

Assim os esquemas de reprodução revelam a interdependência entre ambos os setores, a dificuldade de se alcançar um equilíbrio, ou seja, as condições da reprodução, a fragilidade sob a qual o sistema se funda, e a importância da forma material que o valor assume. Mas falta a incorporação de mudanças de produtividade, de intensidade e de exploração do trabalho, o que estimula a busca por outros aportes teóricos, como a análise do ciclo de capital.

O capital apresenta três ciclos que na verdade se integram, diferenciando-se pela forma que toma o capital que tem então destaque. Nas palavras de Osório:

‘Enquanto o ciclo do capital dinheiro destaca a essência do dinheiro que funciona como capital, a de valorizar-se, o ciclo do capital-produtivo permite ver “não só a produção, mas a reprodução periódica de mais-valia” [...]. Por último, o ciclo do capital-mercadoria nos mostra a valorização, mas como parte de um processo em que o capital, para atingir esse objetivo, não pode desprender-se do valor de uso das mercadorias’⁶⁹.

As análises sobre o padrão de reprodução do capital devem entender como esses ciclos se integram, convergindo num processo de valorização. No entanto, o ciclo do capital-dinheiro é tomado, assim como no trabalho de Marini de 1979, como o principal eixo para a análise, já que, como afirma Marx, é esta a forma geral do capital industrial⁷⁰.

⁶⁸ MARX, [1885] 1982.

⁶⁹ OSORIO, 2012b, p.45

⁷⁰ MARX, [1885] 1982

Os ciclos do capital são, portanto, importantes instrumentos para o trabalho proposto. Como limitação, os ciclos não trabalham com a forma material que o capital assume em suas etapas, enquanto valor de uso. Muitos elementos têm de ser considerados nesse âmbito (origem do capital, tipo de tecnologia, formas de organização da produção, entre outros). Também, os ciclos não trabalham com uma das principais formulações de Marx, a lei tendencial à baixa de lucro, elemento constitutivo da lógica do capitalismo e da teoria de crises marxista. Essas questões devem então ser incorporadas na proposta teórica de Osório.

Ainda, conforme insiste o autor, essas reflexões de Marx devem ser apropriadas sempre levando em conta a dimensão histórica que engloba a categoria padrão de reprodução do capital. Assim, deve-se dialogar com a expressão do valor em valor de uso, e atentar para a conexão com outros níveis de análise. Os padrões de reprodução surgem e são destruídos, substituídos, através de processos históricos que englobam dimensões extra econômicas, nos ajudando a entender também dimensões políticas e a luta de classes em cada situação histórica.

II. 3 - As pegadas do capital

Através da análise do ciclo do capital-dinheiro, Osório se propõe traçar uma análise através das pegadas que deixa o capital. Tal ciclo, conforme Marini⁷¹ já expusera com maestria para uma economia dependente, engloba três fases, uma primeira de circulação, seguida por uma de produção e outra etapa de circulação. Assim, completa-se o processo $D - M \dots P \dots M' - D'$ ⁷². Será exposta aqui a metodologia proposta por Osório, assim como suas ponderações sobre algumas categorias da teoria da dependência.

II. 3.1 - Primeira Fase

A fase de circulação em que o capitalista obtém os meios necessários a sua produção é representada pela transformação $D - M$.

⁷¹ MARINI, [1979] 2012

⁷² Conforme já explicado, D representa dinheiro, M, mercadoria, P, produção, M', a mercadoria com novo valor e D', o dinheiro aumentado.

A respeito do dinheiro que aparece inicialmente no ciclo, algumas questões devem ser investigadas. Primeiro, pergunta-se quem investe. As possibilidades vêm do capital privado nacional, o capital privado externo e o capital estatal. Se deve atentar às proporções em que aparecem que cada tipo de capital nessa etapa, para saber a predominância na economia sob análise. Conforme Marini analisa, as economias dependentes são marcadas por forte presença do capital externo. E, no caso da América Latina, também o capital estatal tem grande importância⁷³.

É importante observar também o montante dos investimentos e para onde se dirigem. Essas questões tem a importante função de revelar que ramos e setores industriais constituem o eixo de acumulação no padrão de reprodução em questão.

Em geral, às indústrias que constituem o eixo de acumulação correspondem maiores investimentos, e, por causa disso, elas podem apresentar maior índice de concentração e monopolização, bem como menores custos de produção, o que permite a obtenção de lucros extraordinários. A compra de maquinário e tecnologias mais avançadas contribui para que suba a composição orgânica do capital nesses setores privilegiados.

Osório ressalta aqui que os setores eixo de acumulação não são indiferentes para o desenvolvimento da economia em questão. Diferentes indústrias têm distintas capacidades de arraste, de encadeamento, e, portanto, de fomentação do crescimento de outros setores. O debate desenvolvimentista esteve atento a isso, recomendando a produção de bens de maior valor agregado e processamento⁷⁴.

Também, para a análise do padrão de reprodução do capital, cabe questionar que valores de uso são gerados pelos setores favorecidos pelos investimentos nessa fase. Questionar como as mercadorias produzidas se aproximam das diferentes necessidades sociais. Questionar se se dirigem a mercados estabelecidos ou se criam uma demanda nova.

Após a análise do capital-dinheiro em si, deve-se investigar as mercadorias que ele adquire para dar início ao processo produtivo. O primeiro tipo dessas mercadorias é composto pelos bens de produção que irão compor o capital constante. É o grau de avanço tecnológico desses meios de produção que irá estabelecer a produtividade da indústria, seus custos de produção e, portanto, sua capacidade de obter lucros extraordinários pela distância desses custos do preço médio de mercado. Cabe também questionar a origem dos meios de produção, se adquiridos internamente ou externamente. Osório avalia que assim é possível estabelecer o grau de desenvolvimento do setor

⁷³ MARINI, [1979] 2012, p.24-25

⁷⁴ Debateu-se a dificuldade institucional de se agregar progresso técnico na industrialização periférica. Ver BIELSCHOWSKY, 2009.

produtor de bens de produção. Se obtidos externamente, o segundo setor estará pouco desenvolvido e parte da mais valia do país vazará para o exterior pela compra de maquinário⁷⁵.

O segundo tipo de mercadoria a ser obtido para a produção é a força de trabalho, que além de transformar os meios de produção, transferindo seu valor à mercadoria final, acrescenta um mais valor. Osório faz algumas mediações quanto ao valor da força de trabalho. Ela deve considerar o desgaste do operário na produção e incluir também uma remuneração por anos não ativos, através de condições médias⁷⁶. O pagamento do capital variável deve permitir ao trabalhador seu sustento e reprodução. A superexploração se dá então sempre que não se garante isso, por redução salarial ou aumento do desgaste sem ressarcimento salarial pleno, o que inclusive pode reduzir a vida do trabalhador, com aumento de acidentes, problemas nervosos, etc., conforme exposto no capítulo I desse trabalho.

O valor da força de trabalho não se relaciona apenas às necessidades fisiológicas dos trabalhadores, mas é determinado socialmente, por condições médias. Assim, devem-se levar em consideração as dimensões espaço e tempo que a análise do padrão de reprodução do capital tenta incorporar. A localização geográfica influencia nas demandas da mão-de-obra (por exemplo, trabalhadores dos trópicos têm necessidades distintas dos de regiões com clima polar). Também, o tipo de cultura da sociedade em questão que determina quais bens são necessários ou não. Essa avaliação não é estática, e em cada época, novos bens são incorporados ao consumo da classe trabalhadora, enquanto outros são esquecidos. Portanto, o valor da força de trabalho responde também a determinantes históricos e morais, e se fixa através da luta de classes.

Muitas outras questões são relevantes quanto à obtenção da força de trabalho nessa etapa de circulação. Dizem respeito à sua localização geográfica, a heterogeneidade da mão-de-obra, a forma predominante de contratos, a qualificação demandada, que indústrias mais contratam, dentre tantos outros fatores.

II. 3.2 - Segunda Fase

A segunda fase do ciclo do capital é a etapa produtiva, em que se efetua a valorização do capital. Um das questões de destaque na análise do padrão de reprodução do capital é a forma como o trabalho é explorado. A possibilidade de ser remunerado por debaixo de seu valor, constituindo

⁷⁵ OSORIO, 2012b, p.50

⁷⁶ O autor faz uma interessante discussão sobre as múltiplas determinações do valor da força do trabalho: “É o valor total da força de trabalho que determina seu valor diário” (Ibidem, p. 50).

superexploração, ocorre na esfera anterior, de circulação. Aqui, interessa as formas de exploração que tomam lugar na produção, sob as quais a visão de Osório pondera a de Marini, dado os problemas apontados nas formulações originais do segundo.

O primeiro mecanismo a se considerar é ampliação da jornada de trabalho, que se insere na mais-valia absoluta. Osório ressalta que tal extensão responde às necessidades dos trabalhadores, de repor seu desgaste, e dos capitalistas, de gerar mais-valia, numa correlação de forças. O autor aponta uma forma de extração de mais valor pouco aparente. O prolongamento do tempo de trabalho pode se dar a tal ponto que não é mais possível restaurar o desgaste físico e mental do operário. Assim, independentemente do salário, o trabalhador não consegue mais recuperar o esforço dispendido, o que se manifesta em redução de vida útil e total. É também uma forma de superexploração, já que não se paga ao trabalhador o que ele dispende na produção, o valor da força de trabalho⁷⁷.

Quanto à análise da exploração pela mais-valia relativa, o aumento de produtividade nos setores produtores de bens salários reduz o valor destes, e, portanto, o valor da força de trabalho. Assim, sobe a composição orgânica de capital e se amplia a taxa exploração e lucro, sem com isso comprimir o consumo dos trabalhadores, permitindo inclusive sua expansão. Tudo, através de menor esforço do trabalhador. Osório argumenta que, no capitalismo, essas possibilidades que abre a mais-valia relativa são aproveitadas pela lógica de valorização do capital, e, portanto, os aumentos de produtividade aparecem acompanhados do aumento de intensidade do trabalho⁷⁸.

A ampliação da intensidade do trabalho, ao contrário do que defendia Marini, insere-se na mais-valia absoluta, na medida em que aumenta o esforço do trabalhador. Mas para que se siga intensificando o trabalho, são necessárias inovações tecnológicas e na organização do trabalho que ampliem o tempo ocioso. É nesse sentido que a produtividade anda lado a lado com a intensidade do trabalho.

Assim como no caso da extensão da jornada laboral, passado certo ponto de intensificação do trabalho, o desgaste do operário é tamanho que não pode ser repostado por maior remuneração. Assim, reduz-se também a vida útil e total do trabalhador. Ao contrário do prolongamento da jornada, que amplia o número de acidentes de trabalho e o desgaste físico, o aumento da intensidade faz aumentar as doenças nervosas e psicológicas. Enquanto o aumento da exploração pela jornada

⁷⁷ “Porém, ultrapassado certo ponto, a partir do qual o desgaste físico e mental não pode ser repostado, o aumento de horas de trabalho diárias não consegue ser compensado pelo aumento do salário. Nesses casos, o capital está se apropriando hoje de anos futuros de trabalho, o que não só viola o valor da força de trabalho, mas implica redução da vida útil do trabalhador e de sua expectativa de vida de acordo com as condições normais dominantes.” (Ibidem, p.55).

⁷⁸ “O capitalismo, porém, não existe para oferecer melhores condições de vida. Seu objetivo é a valorização [...]. Nessa lógica, a elevação de produtividade propicia a elevação da intensidade do trabalho.” (Ibidem, p.57).

aparece principalmente em empresas mais atrasadas, de médio e pequeno porte, a via da intensidade é mais comum em empresas de ponta, de alta tecnologia, que podem inclusive garantir jornadas menores.

Outra questão importante sobre o processo produtivo é a forma como se organiza o trabalho. Diversos modos existiram na história (fordismo, pós-fordismo, sistema flexível, etc.), sendo protagonistas ou coadjuvantes. Alguns fatores contribuem para a forma que tomará a organização do trabalho, como o tipo de valor de uso a ser produzido e o tipo de capital constante que entrará na produção, permitindo diferentes arranjos na planta produtiva. Esses fatores devem ser também considerados na análise do padrão de reprodução do capital.

II. 3. 3 - Terceira Fase

Na última fase do ciclo do capital, há um retorno para uma esfera de circulação, onde a mercadoria produzida deve ser transformada em dinheiro pela venda. Osório expõe que a segunda fase de circulação é a que está mais vulnerável a crises, já que a produção deverá realizar-se, confirmando se as decisões de investimento estavam corretas ou não.

Um primeiro ponto de interesse são os mercados que irão comprar e consumir os bens. Osório distingue cinco deles. Um mercado orientado para o consumo de bens de produção, para repor o desgaste que o capital constante sofre na produção. Outro fundado na mais-valia não acumulada, de consumo individual de alguns bens necessários e bens suntuários. É composto por burgueses, pequenos burgueses e alguns profissionais liberais. Um terceiro mercado, formado pela elite do operariado e o grosso da pequena burguesia. Um quarto, pelas camadas mais baixas dos trabalhadores, empregados ou não. E por fim, um mercado formado pelos marginais da sociedade, como os desempregados crônicos.

Dependendo de qual mercado é privilegiado pela produção, podemos ter uma ideia de que indústrias ocupam os eixos de acumulação e quais são secundárias. Aqui, deve-se atentar para a importância de mercados externos, que podem complementar a circulação interna, como é o caso da América Latina, segundo a análise de Marini exposta.

Novamente, não devemos deixar de observar quais são os valores de uso produzidos. Estes indicam o grau de desenvolvimento da economia sob análise e sua fragilidade frente às flutuações do comércio mundial, dependendo da essencialidade dos bens que produzem.

II. 4 - O Novo Padrão de Reprodução da América Latina

Podem-se utilizar as questões levantadas pela categoria do padrão de reprodução do capital para operar um estudo sobre a nova inserção da América Latina. A transformação no padrão internacional de acumulação, que se configura na década de 80 e expandiu o neoliberalismo na região, provocou mudanças estruturais através de crises e reformas. Assim, consolidou-se no continente um novo modelo exportador, no qual a industrialização se centra sobre apenas alguns setores específicos, perdendo-se a proposta diversificadora de décadas anteriores.

Distinguem-se três padrões de reprodução do capital dominantes ao longo da história da América Latina, desde sua independência. Um primeiro, agromineiro exportador, que vai da independência do continente até o início do século XX. A década de 30 marca a etapa de transição para um novo padrão, o industrial, que se divide em duas etapas: inicialmente uma autônoma, voltada para dentro (do fim dos anos 30 até década de 40), seguida por uma etapa associada ao capital externo (dos anos 50 até os anos 70). É até aqui que Marini conduz sua análise em *Dialética da Dependência*. Os anos de crise entre 1970 e 1980 marcam outra etapa de transição, para o novo padrão de reprodução do capital na América Latina, o modelo exportador com especialização produtiva, que será aqui explorado⁷⁹.

O novo modelo exportador difere do estabelecido no continente na virada do século XIX, já que os objetos de exportação possuem hoje maior grau de processamento. No entanto, algumas velhas formas ressurgem, e se observa o retorno da especialização em atividades agro-mineradoras, que, junto com alguns bens secundários, conformam o principal peso nas exportações da região.

Nesse novo padrão, cabe analisar na primeira fase de circulação, os mercados. O comércio exterior volta a tomar posição central, sendo os EUA o principal parceiro, seguido pela União Europeia, a Ásia e o Pacífico, e a China, mercado em ascensão⁸⁰. Na região, a Argentina desponta como principal exportador e importador.

Assim posto, os setores dinâmicos da indústria local orientam-se para o exterior, o que se reflete em grande crescimento das exportações. De fato, a partir dos anos 80, o valor das

⁷⁹ OSORIO, 2004; OSORIO, 2012a

⁸⁰ OSORIO, 2012a, p.123

exportações em dólares chega a duplicar em períodos curtos, como de sete anos⁸¹. É um crescimento impressionante, inclusive como proporção do PIB, superando a média mundial⁸².

Grande parte dessa retomada de investimentos após os anos de estagnação da crise da dívida devem-se ao afluxo de capital externo, sobretudo de investimentos externos diretos (IED), que quintuplicam entre 1990 e 1996⁸³. O avanço do neoliberalismo resultou em privatizações e flexibilização do controle do capital externo, o que contribuiu para esse aumento espetacular dos IEDs.⁸⁴ Outro estímulo para tais investimentos foi a descentralização produtiva que permitiu que certas etapas da cadeia produtiva fossem transferidas para a periferia. É nesse contexto que aparecem as empresas maquiladoras e de montagem, entre outras.

As referidas privatizações também contribuem para que parte da produção esteja sob controle externo, sobretudo nos mercados dinâmicos. De fato, às empresas estrangeiras situadas na América Latina corresponde cerca de 40% das exportações, superando as parcelas do capital nacional privado ou estatal⁸⁵.

Os anos de crise foram marcados por diversas falências. Somadas ao processo de privatização que percorreu a América Latina nos anos 80 e 90, operaram grande centralização de capital, o que consolidou algumas poucas grandes empresas, com controle sobre os setores dinâmicos da indústria no continente. Àquelas sob o comando do capital nacional privado, couberam principalmente os setores de comércio, agroindústria, alimentos e telecomunicação. O Estado teve sua participação na economia muito reduzida, restando a algumas estatais a atuação em setores de mineração e energia, elétrica, petróleo e gás. O capital externo, também importante presença nesses ramos mencionados, manteve controle sobre automobilística e eletrônica.

Tratando-se de um modelo exportador que negligencia a diversificação produtiva, os países latino-americanos passaram a voltar-se a atividades com as quais contassem com vantagens comparativas, os novos eixos da acumulação no continente. Operou-se assim uma especialização produtiva, que pode ser observada pelo crescimento do peso dos principais produtos de exportação⁸⁶. Destes novos “carros-chefes” da produção, destaca-se que a maior parte deles são bens de extração ou agrícolas, como ferro, cobre, petróleo, soja, café, etc., o que mantém a América

⁸¹ Ibidem, p.106

⁸² Ibidem, p.108

⁸³ Ibidem, p.109

⁸⁴ “a América Latina constitui, no entanto, a região ‘em desenvolvimento’ onde tais investimentos mais cresceram relativamente nos anos” (Ibidem, p.109).

⁸⁵ Ibidem, p.110

⁸⁶ “[...] é importante destacar o peso crescente dos dez principais produtos de exportação no total das exportações, os quais passam de 29,2% a 35,1% entre 1995 e 2008, evidenciando uma crescente especialização exportadora” (Ibidem, p.111).

Latina como provedora de alimentos e matéria-prima. Também se destacam os industriais nos ramos automobilísticos e de eletrônicos, relacionados às operações de montadoras.

O novo padrão de reprodução do capital latino americano repete então importantes fatores do modelo exportador que predominou até o início do século XX. O destaque que ganha o mercado externo como espaço de realização da produção nacional em seus eixos dinâmicos reedita os problemas de cisão do ciclo do capital que Marini já apontava em *Dialética da Dependência*. Essa separação tem como consequência o desligamento da estrutura produtiva e das necessidades reais de consumo da população local.

Cabe analisar a presente situação dos trabalhadores na América Latina, já que esse novo padrão de reprodução do capital, à imagem dos anteriores, tende a desprezar o consumo individual dos trabalhadores em prol de seu consumo produtivo. Os mercados externos são protagonistas nessa nova etapa de dependência, tanto como demandantes das indústrias dinâmicas locais, quanto como fornecedores de tecnologia e bens de produção. Assim, o mercado interno perde relevância, o que é reforçado pela histórica compressão salarial, que faz com que os trabalhadores não possam incluir em seu consumo necessário os bens gerados pelo eixo industrial exportador.

Também, a deterioração das condições do trabalho passa a ser indispensável para a manutenção do padrão de reprodução atual, na medida em que os baixos custos com mão-de-obra se convertem em uma das principais vantagens comparativas da região. Portanto, a inserção da América Latina segue dependendo dessa opressão da massa trabalhadora. Conforme apontava Marini, a exploração brutal do trabalhador é a marca da dependência, o que não muda no novo cenário.

De fato, o que se observa na atualidade é uma ofensiva contra os trabalhadores, com dados apontando piora das condições de trabalho e compressão salarial. Depois da década de 80, a “década perdida”, em que se efetuou grande arrocho salarial, os salários reais na América Latina tiveram uma branda recuperação, mas com redução da capacidade de consumo⁸⁷. Observam-se com clareza os problemas encontrados quando se considera a trajetória da participação do salário no PIB, que mesmo em países que apresentam tendências positivas (caso do Brasil), não chega perto do nível de países centrais como os Estados Unidos⁸⁸.

⁸⁷ Ibidem, p. 128

⁸⁸ Enquanto entre os anos 70 e 2000, o Brasil alcança um máximo de participação dos salários no PIB de 53,5% (mas mantendo-se próximo de 40%, sendo este o caso mais positivo), os EUA oscilam em uma taxa de 60%. Para mais detalhes, Ibidem, p.128-129.

Paralelamente, as jornadas são estendidas, contribuindo para a exploração e para a precarização das condições de trabalho. Também, os índices de pobreza seguem altos, ainda que com a flexibilização dos critérios oficiais: em 2007 atinge 34,1% da população do continente, sendo 12,6% outros indigentes⁸⁹. Tudo isso contribui para elevar a desigualdade na região, que apresenta dados assustadores que qualificam a América Latina como a região de pior distribuição de renda do planeta.

Os dados são um pouco melhores no caso específico do Brasil, onde o governo PT implementa, desde 2003, uma política de valorização do salário mínimo e de transferências sociais. Entretanto, os índices seguem preocupantes, e os ganhos da maior parte da população ainda estão longe do salário mínimo necessário⁹⁰. A suposta ascensão da “classe C”⁹¹, que se inseriria agora na classe média, segundo tese amplamente divulgada, é falaciosa. A expansão do consumo nessas camadas mais baixas só foi possível pelo crescimento do endividamento das famílias e pelo aumento da superexploração (jornadas mais longas e mais intensas), assim como pela alteração do valor-histórico moral da força de trabalho sem reajuste de sua remuneração (bens antes suntuários, como eletrodomésticos, passam a compor o consumo popular). Assim, a aparente melhora das condições de vida nessa “classe C”, composta por trabalhadores, é, em essência, fruto de maior exploração, que se intensifica nas formas atuais do capitalismo dependente⁹².

Isso revela o caráter estrutural da condição dos trabalhadores e da economia latino americana em geral, marcadas pela dependência que se impõe em toda a história de inserção na economia mundial. Conforme analisou Marini, um processo de desenvolvimento fundado nos marcos da dependência tende a entrar numa espiral cíclica que reforça essa condição, se recriando, mas conservando a condição subordinada⁹³. Assim, as características do atual padrão de reprodução do capital devem ser entendidas como consequências de padrões anteriores, bem como respostas às suas contradições, numa síntese dialética. É dessa maneira que a superexploração se reproduz e se recria nos dias de hoje. As marcas do subdesenvolvimento permanecem na América Latina, ampliadas.

É sob esse prisma que podemos encarar a insuficiência dos esforços das políticas públicas em mitigar os efeitos do avanço neoliberal. A tomada histórica do poder executivo por uma

⁸⁹ Ibidem, p.130

⁹⁰ Cf. OURIQUES, 2013, p. 134: “Desde ahí se puede comprender porqué en 2012 las huelgas volvieron a resurgir con fuerza en el país, en donde supuestamente emergió una pujante clase media, como afirman los optimistas desarrollistas” (Ibidem, p136).

⁹¹ Indivíduos com renda per capita entre R\$ 291,00 e R\$1019,00, de acordo com LUCE, 2013b.

⁹² LUCE, 2013b.

⁹³ “[...] uma vez posto em marcha um processo econômico sobre a base da superexploração, se põem em marcha em marcha um mecanismo monstruoso, cuja perversidade, longe de diminuir, é acentuada ao apelar a economia dependente para o aumento da produtividade, mediante o desenvolvimento tecnológico” (MARINI, [1978] 2000, p.177).

organização de esquerda com propostas progressistas (eleição do PT em 2003 no Brasil) foi incapaz de superar as tendências que regem as economias dependentes. A continuidade da lógica capitalista dependente nos anos de governo Lula e Dilma, e em governos neodesenvolvimentistas parceiros na América Latina, confirma a falência deste projeto político em superar o subdesenvolvimento e resolver as suas contradições. Torna-se então urgente a necessidade de se buscar alternativas⁹⁴.

É também aqui que cabe, portanto, retomar a obra de Marini. A análise do autor ressalta que o subdesenvolvimento se engendra na organização social, e que, sem a supressão do modo de produção vigente, não pode haver a superação de suas contradições⁹⁵. O pensamento crítico e transformador deve então retomar o tema revolução para que se possam operar verdadeiras mudanças e romper com o padrão de [sub]desenvolvimento da América Latina que exclui e explora na forma mais crua do capitalismo.

⁹⁴ OURIQUES, 2013; LUCE, 2013a.

⁹⁵ MARINI, [1973] 2000, p.109

CONCLUSÃO

Ruy Mauro Marini escreveu numerosos ensaios, que ajudaram a consolidar a teoria marxista da dependência na década de 70, período em que a América Latina atravessava grandes dificuldades políticas e intelectuais. Sua obra contribuiu e segue contribuindo para repensar o papel da América Latina no capitalismo mundial, numa ótica crítica que retoma a economia política e o pensamento marxista.

Conforme se pretendeu mostrar neste trabalho, a América Latina se insere de maneira subordinada no capitalismo mundial, o que reflete na forma específica que sua organização interna toma, internalizando a dependência e criando um capitalismo *suis generis* no continente. Desenvolvimento e subdesenvolvimento são ambas partes de um mesmo processo, a expansão mundial do capital, que se desenvolve de maneira desigual e combinada, gerando diferentes ritmos de acumulação pelo mundo.

É através dessa análise que devemos então estudar como se desenvolveram as relações de troca e produção, da economia colonial até os dias atuais. Como método analítico, a proposta teórica de Jaime Osório é de suma importância. A utilização do padrão de reprodução do capital como categoria de estudo, permite integrar diversos níveis de análise, numa proposta interdisciplinar que ajuda entender como as leis gerais do capitalismo se inserem em regiões específicas, a níveis mais concretos.

Os trabalhos de Marini orientaram-se nesse sentido, tendo realizado uma caracterização da economia dependente pela análise de seu ciclo do capital. As propostas recentes de autores que retomaram a teoria marxista da dependência contribuem para formalizar e enriquecer essa visão original de Marini.

Assim, como foi exposto, é possível realizar um estudo crítico da condição atual da América Latina, do novo padrão de reprodução no continente, que mantém a dependência e todas as suas funestas consequências. Contrariando o discurso hegemônico - de direita ou de esquerda - o continente latino americano e o Brasil, mais especificamente, estão longe de superar o passado. A subordinação frente à economia mundial permanece, mas sob novas

roupagens, que devem ser desvendadas. A dependência segue se reproduzindo, de maneira ampliada, conforme alertara Marini⁹⁶.

É, portanto, ainda mais vital retomar essa perspectiva crítica, sobretudo nesse cenário de avanço do capitalismo neoliberal e de ascensão do neodesenvolvimentismo, conformista no sentido exposto no segundo capítulo do trabalho⁹⁷. É necessário abrir olhos para os problemas estruturais da periferia, numa história de opressão, para que seja possível a construção de uma postura de resistência. Afinal, conforme já afirmava Lenin⁹⁸, sem teoria revolucionária, não há prática revolucionária, e vice-versa. Para mudar a condição dependente do continente é preciso também estudá-la, entendê-la, revelá-la.

Entretanto, conforme já afirmava Marini, a teoria da dependência não é uma obra acabada, e precisa ser desenvolvida em muitos aspectos⁹⁹. Parte dessa questão se reflete nas diversas críticas que os trabalhos do autor receberam. A obra de Marini não está isenta de contradições e erros teóricos (foi exposto superficialmente a discussão em torno da categoria superexploração, por exemplo). Há uma evolução dos conceitos do autor ao longo do tempo, o que torna a problemática ainda mais complexa. Não está no escopo deste trabalho adentrar nos profundos debates que cercam essas questões, embora sejam caminhos para estudos futuros.

Os teóricos recentes da teoria marxista da dependência realizam nesse sentido uma *retomada crítica* dos autores originais. Há um projeto de reavivar a teoria da dependência, mas identificando os erros e acertos, longe de uma reaproximação cega, que ignora os problemas da teoria original. Cabe então, para desenvolvimento futuro, um aprofundamento nos debates internos entre os teóricos da retomada da teoria marxista da dependência, que embora representem uma unidade, tem discordâncias interiores, contribuindo para a riqueza dessa corrente teórica.

A proposta central deste trabalho é, portanto, revelar a vitalidade da obra de Marini, que ainda hoje constitui elemento fundamental para a compreensão da realidade dependente da América Latina. Através dos desenvolvimentos mais recentes da teoria marxista da dependência, a respeito dos novos modos de inserção frente à globalização, seu pensamento

⁹⁶ MARINI, [1973] 2000, p.109.

⁹⁷ Autores destacados do neodesenvolvimentismo são Marcelo Neri e Bresser Pereira, entre outros.

⁹⁸ LENIN, [1902] 1973, p.31.

⁹⁹ “a teoria da dependência não era uma teoria acabada, como tantos críticos sustentaram erroneamente; senão um esboço e um projeto que era, e é, necessário desenvolver” (VALÊNCIA, 2006, p. 213, apud PRADO; MEIRELES, 2010).

pôde ser renovado e continuado. Acredita-se ser possível assim abrir caminhos para uma melhor compreensão e crítica do capitalismo em seu âmbito global.

BIBLIOGRAFIA

BIELSCHOWSKY, Ricardo. Sesenta años de la CEPAL: estructuralismo y neoestructuralismo. *Revista CEPAL*. Brasília, Volume 97, 2009, p. 173-194.

CARCANHOLO, Marcelo. Superexploração da força de trabalho e transferência de valor: fundamentos da reprodução do capitalismo dependente. In: FERREIRA, C., LUCE, M., OSORIO, J. (Org.). *Padrão de Reprodução do Capital: contribuições da teoria marxista da dependência*. São Paulo: Boitempo Editorial, (1979) 2012, p. 87-102.

_____. (Im)precisões sobre a categoria superexploração da força de trabalho. In: ALMEIDA FILHO, Niemeyer (Org.). *Desenvolvimento e dependência: cátedra Ruy Mauro Marini*. Brasília, IPEA, 2013, p. 71-98.

JÚNIOR, Mário Guimarães; LOPES, Tiago. Trotsky's Law of Uneven and Combined Development in Marini's Dialectics of Dependency. Disponível em < <http://iippe.org/wp/wp-content/uploads/2013/06/Tiago-Lopes-and-Mario-Costa-de-Paiva-Guimaraes-Junior.pdf>>.

Acessado em 7 de Novembro de 2013.

KAY, Cristóbal. Teorias estruturalistas e a teoria da dependência na era da globalização. In: SADER, E; SANTOS, T. (Org.). *A América Latina e os Desafios da Globalização*. Rio de Janeiro: Ed. Puc-Rio; São Paulo: Boitempo Editorial, 2009, p. 361-389.

LENIN, Vladimir. *Que Fazer?*. 2ª edição. Lisboa: Editorial Estampa, (1902) 1973. 235 p.

LUCE, Mathias. A Superexploração do trabalho no Brasil: evidências da história recente. In: ALMEIDA FILHO, Niemeyer (Org.). *Desenvolvimento e dependência: cátedra Ruy Mauro Marini*. Brasília, IPEA, 2013a, p. 145-166.

_____. Brasil: nova classe média ou novas formas de superexploração da classe trabalhadora?. *Trabalho, Educação e Saúde*, v. 11, n. 1, p. 169-190, 2013b.

LUXEMBURGO, Rosa. A acumulação do capital: contribuição ao estudo econômico do imperialismo: anticrítica. São Paulo: Abril Cultural, (1913) 1984.

MANDEL, Ernest. O capitalismo tardio. São Paulo: Nova Cultural, (1923) 1985.

MARINI, Ruy Mauro. As Razões do neodesenvolvimentismo. In: SADER, Emir (Org.). *Uma antologia da obra de Ruy Mauro Marini*. Petrópolis: Rio de Janeiro: Buenos Aires: Vozes / Bueno Aires, CLACSO, (1978) 2000, p. 167-241.

_____. O Ciclo do capital na economia dependente. In: FERREIRA, C.; LUCE, M.; OSORIO, J. (Org.). *Padrão de Reprodução do Capital: contribuições da teoria marxista da dependência*. São Paulo: São Paulo: Boitempo Editorial, (1979) 2012, p. 21-35.

_____. Dialética da dependência. In: SADER, Emir (Org.). *Dialética da dependência: uma antologia da obra de Ruy Mauro Marini*. Petrópolis: Rio de Janeiro: Buenos Aires: Vozes / Bueno Aires, CLACSO, (1973) 2000, p. 105-165.

_____. Processo e tendências da globalização capitalista. In: SADER, Emir (Org.). *Uma antologia da obra de Ruy Mauro Marini*. Petrópolis: Rio de Janeiro: Buenos Aires: Vozes / Bueno Aires, CLACSO, (1996) 2000, p.269-295.

MARTINS, Carlos Eduardo. O pensamento social de Ruy Mauro Marini e sua atualidade: reflexões para o século XXI. *Revista Crítica Marxista*. Número 32, 2011, p.127-146.

MARX, K. *O Capital* (Crítica da Economia Política). Livro 1: O Processo de Produção do Capital – Volume I. São Paulo: Difel, [1867] 1982.

_____. *O Capital* (Crítica da Economia Política). Livro 1: O Processo de Produção do Capital – Volume II. São Paulo: Difel, [1885] 1982.

_____. *O Capital* (Crítica da Economia Política). Livro 2: O Processo de Circulação do Capital – Volume III. São Paulo: Civilização Brasileira, [1894] 1980.

OSORIO, Jaime. América Latina: o novo padrão exportador de especialização produtiva. In: FERREIRA, C., LUCE; M., OSORIO, J. (Org.). *Padrão de Reprodução do Capital: contribuições da teoria marxista da dependência*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2012a, p. 103-133.

_____. El nuevo patrón exportador latinoamericano. In: OSORIO, J. *Crítica de la economía vulgar: reproducción del capital y dependencia*. México: Miguel Ángel Porrúa, UAZ, 2005, p. 101-127.

_____. Padrão de reprodução do capital: uma proposta teórica. In: FERREIRA, C., LUCE; M., OSORIO, J. (Org.). *Padrão de Reprodução do Capital: contribuições da teoria marxista da dependência*. São Paulo: Boitempo Editorial, p. 37-86, 2012b.

OURIQUES, N. La Crisis del Neodesarrollismo. *Revista Argumento: Estudios Críticos de la Sociedad*. México, Número 72, p.129-140, 2013.

PRADO, Fernando Correa. História de um não-debate: a trajetória da teoria marxista da dependência no Brasil. *Comunicação & Política*, v. 29, n. 2, 2011, p. 68-94.

PRADO, Fernando Correa e MEIRELES, Monika. “Teoria marxista da dependência revisitada: elementos para a crítica ao novo-desenvolvimentismo dos atuais governos de centro-esquerda latino-americanos”. In: CASTELO, Rodrigo (Org.). *Encruzilhadas da América Latina no século XXI*. Rio de Janeiro: Pão e Rosas, 2010. p. 169-190.c

SADER, Emir. Ruy Mauro, intelectual revolucionário. In: SADER, E; SANTOS, T(Orgs.). *A América Latina e os Desafios da Globalização*. Rio de Janeiro:Ed. Puc-Rio; São Paulo: Boitempo Editorial, 2009, p. 27-36.

VALENCIA, Adrián Sotelo. La crisis de los paradigmas y la teoría de la dependencia en América Latina. *Revista Dialéctica*, número 28, p. 18-39, 1996.

WALLERSTEIN, Immanuel. Mudando a geopolítica do Sistema-Mundo: 1945-2025. In: SADER, E; SANTOS, T. (Org.). *A América Latina e os Desafios da Globalização*. Rio de Janeiro:Ed. Puc-Rio; São Paulo: Boitempo Editorial, 2009, p. 53-78.